

Linguagens e identidades

Daniela de Souza Silva Costa

EaD
UFMS **DIGITAL**

AGEAD
Agência de Educação
Digital e a Distância



Linguagens e identidades

Daniela de Souza Silva Costa

EaD
UFMS **DIGITAL**

AGEAD
Agência de Educação
Digital e a Distância





**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo Conselho Editorial da UFMS

RESOLUÇÃO nº 242-COED/AGECOM/UFMS, de 12 de setembro de 2024.

Conselho Editorial

Rose Mara Pinheiro - Presidente

Elizabete Aparecida Marques

Alessandra Regina Borgo

Maria Lígia Rodrigues Macedo

Andrés Batista Cheung

Adriane Angélica Farias Santos Lopes de Queiroz

Fabio Oliveira Roque

William Teixeira

Paulo Eduardo Teodoro

Ronaldo José Moraca

Delasnieve Miranda Daspert de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Diretoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Costa, Daniela de Souza Silva.

Linguagens e identidades [recurso eletrônico]. / Daniela de Souza Silva Costa. –
Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2024.
60 p. : il. (algumas color.).

Dados de acesso: <https://repositorio.ufms.br>

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7613-672-9

Produzido no âmbito do Programa UFMS Digital (Curso de Pós-Graduação Lato
Sensu em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas).

1. Língua e linguagem – Estudo e ensino. 2. Letramento. 3. Política identitária.
4. Cultura. 5. Identidade (Conceito filosófico). I. Título.

CDD (23) 418.007

Bibliotecário responsável: Tânia Regina de Brito – CRB1/ 2.395

Daniela de Souza Silva Costa

Linguagens e Identidades

Campo Grande - MS
2024



Sobre o E-book

Este e-book faz parte do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas do **Programa UFMS Digital**, coordenado pela Agência de Educação Digital e a Distância da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Coordenação Geral

Hercules da Costa Sandim

Coordenação Pedagógica

Daiani Damm Tonetto Riedner

Álvaro José dos Santos Gomes

Darbi Masson Suficier

Desenho Instrucional

Pedro Salina Rodovalho

Projeto Gráfico e Diagramação

Maira Sônia Camacho

Revisão de Língua Portuguesa

Aline Cristina Maziero

Thyago José da Cruz



Com exceção das citações diretas e indiretas referenciadas de acordo com a ABNT NBR 10520 (2023) e ABNT NBR 6023 (2018) e dos elementos que porventura sejam licenciados de outro modo, este material está licenciado com uma [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Disciplina

Linguagens e identidades

Carga Horária

45 horas

Autoria

Daniela de Souza Silva Costa

[Currículo Lattes](#)

Ementa

Relações entre língua, cultura e identidade. Introdução à problemática das pós-identidades. A (des)construção de identidades nos espaços-tempos da (pós)modernidade. Identidade e Alteridade. Letramentos e subjetividades. Políticas identitárias na contemporaneidade.

Objetivo Geral

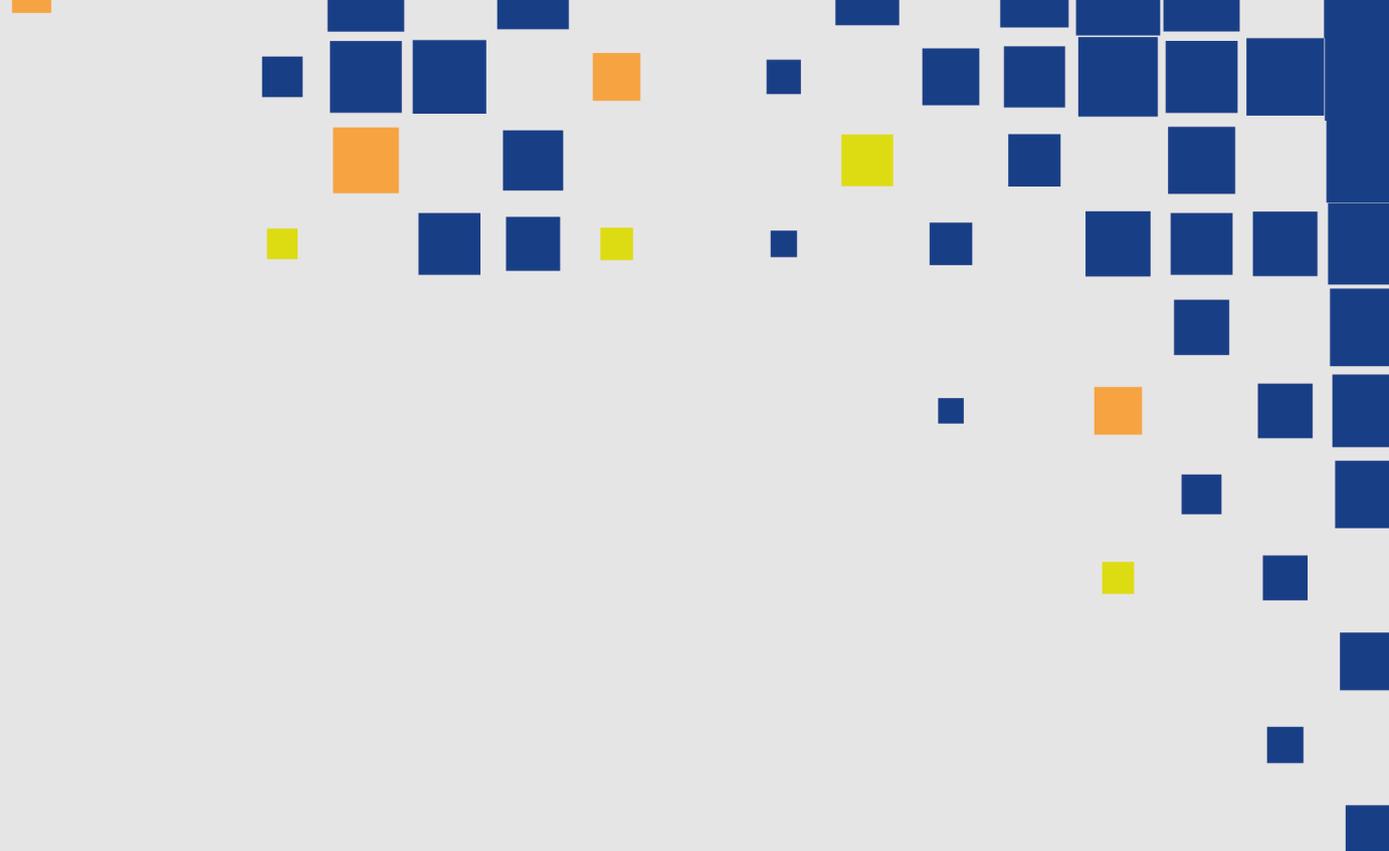
- Refletir sobre as relações entre língua, cultura e identidade, contemplando a questão das (pós)identidades em perspectiva cultural, decolonial e performativa a partir de práticas de linguagens.

Objetivos Específicos

- Compreender e problematizar em que consiste a problemática das (pós) identidades.
- Estabelecer reflexões sobre questões linguísticas, culturais, performativas e decoloniais ligadas à produção/invenção de identidades.
- Conectar identidades a práticas de uso de linguagens.

SUMÁRIO

Módulo 1	8
Relações entre língua, cultura e identidade	
Unidade 1 - Noções básicas de língua	10
Unidade 2 - Interfaces entre língua, cultura e identidade	15
Módulo 2	25
Identidades, performatividade e decolonialidade	
Unidade 1 - Identidades, pós-identidades e sujeitos	27
Unidade 2 - Políticas identitárias na contemporaneidade e decolonialidade	33
Módulo 3	43
(Pós) modernidade e (pós) identidades	
Unidade 1 - Modernidade líquida	45
Unidade 2 - (Pós)identidades, representatividade e ética	51



Módulo 1

**Relações entre língua,
cultura e identidade**



Apresentação

Olá, estudante!

O **Módulo 1** de nossa disciplina “Linguagens e Identidades” vai discutir questões relacionadas à tríade língua, cultura e identidade.

Para isso, na **Unidade 1**, vamos conversar sobre algumas noções básicas de língua, advindas do estudo desse importante instrumento, não apenas para a comunicação, mas também para o conhecimento e o entendimento da cultura e para a construção e a representação das identidades.

Dessa forma, serão apresentados conceitos de língua, linguística, léxico e trazida uma breve história dos estudos linguísticos.

Na **Unidade 2**, discutiremos mais detidamente sobre as relações entre língua, cultura e identidade, também apresentando esses conceitos e demonstrando como são importantes um para o entendimento do outro e como esses elementos estão interligados.

A ideia é que, para quem já estudou, sejam retomados conhecimentos da época da graduação e, para quem está vendo esses conceitos pela primeira vez, o assunto seja apresentado de forma simples, objetiva e didática, contribuindo para a continuidade nos estudos da pós-graduação, sem nos esquecer de que o conhecimento é importante para nosso senso crítico e, conseqüentemente, para uma melhoria em nossa vida e nas que encontramos, seja profissional, seja pessoalmente.

Assim, esperamos que esse módulo seja introdutório para a disciplina e prepare você para as discussões mais pontuais que ocorrerão nos módulos seguintes.

Bons estudos!

Unidade 1

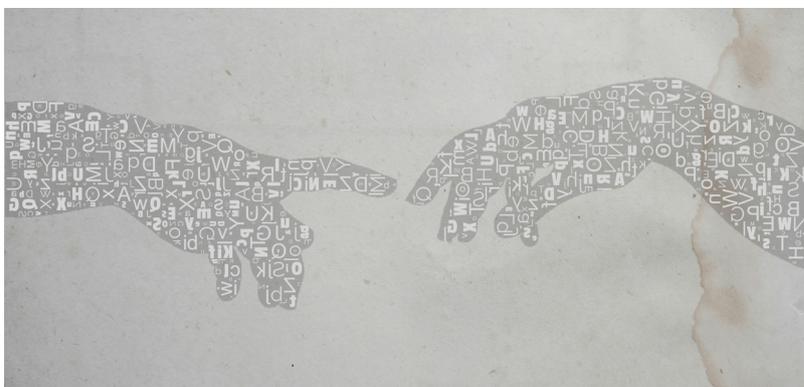
Um panorama sobre os Letramentos

Quando se fala em **língua**, o que será que vem à sua mente? Língua portuguesa, língua inglesa, língua de sinais...?

É interessante começarmos a discussão do nosso primeiro módulo a partir dessas inquietações, uma vez que vamos conversar, nesta unidade 1, sobre noções básicas de língua. E o legal é que imagino que não tenhamos pensado no órgão responsável pelo paladar, afinal, estamos em uma pós-graduação em Linguística.

Margarida Petter, renomada pesquisadora da Universidade de São Paulo, ajuda-nos a compreender essas primeiras discussões em seu texto “Linguagem, língua, linguística” (PETTER, 2010).

Isso porque, primeiramente, temos que entender a diferença entre linguagem e língua. E o interesse do homem pela linguagem data de muito tempo antes dos estudos sistemáticos sobre a língua. Um ótimo exemplo disso é pensarmos em uma das explicações sobre a origem do mundo, que advém da linguagem, como representado na imagem ao lado.



Descrição da imagem: A imagem traz sombras de duas mãos esticadas, com os dedos indicadores quase a se tocar, tal como na obra “A Criação de Adão”, de Michelangelo. Cobrindo as sombras, há diversas letras do alfabeto latino em branco. O fundo da imagem remete a um papel envelhecido.

Releitura de um detalhe da obra “A Criação de Adão”, de Michelangelo, representando a narrativa criacionista de criação do mundo através do verbo. Fonte: Elaboração própria.

Petter reitera esse entendimento ao explicar que:

O fascínio que a linguagem sempre exerceu sobre o homem vem desse poder que permite não só nomear/criar/transformar o universo real, mas também possibilita trocar experiências, falar sobre o que existiu, poderá vir a existir, e até mesmo imaginar o que não precisa nem pode existir (Petter, 2010, p. 12).

A perspectiva de Margarida Petter muito nos interessa se pensarmos que nossa disciplina trata exatamente dessa relação entre linguagem e modos de pensar, modos de ser e de viver. Mas língua e linguagem são a mesma coisa?

A perspectiva de Margarida Petter muito nos interessa se pensarmos que nossa disciplina trata exatamente dessa relação entre linguagem e modos de pensar, modos de ser e de viver. Mas língua e linguagem são a mesma coisa?



Fonte: [Wikimedia](#)

Descrição da imagem: Foto antiga de Ferdinand de Saussure. Ele é um homem branco, de cabelo curto penteado para o lado, com bigode espesso. Ele está olhando para o lado. Veste um casaco por cima de uma camisa branca com gravata.

O mestre genebrino **Ferdinand de Saussure**, cuja obra póstuma, “Curso de Linguística Geral” (Saussure, 2012), fundou as bases para os estudos linguísticos serem compreendidos como ciência. Saussure entendia a linguagem como “heteróclita e multifacetada” - posto que abrange vários domínios, física, fisiológica e psíquica - já que se realiza fisicamente por meio da fisiologia humana e tem caráter psíquico - e pertence ao domínio individual e social. Aí podemos pensar nas várias linguagens que conhecemos: linguagem corporal, linguagem verbal, linguagem dos animais...

Já a língua, para ele, “[...] é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (Saussure, 2012, p. 17). Isso nos leva a depreender que a língua é parte da linguagem, mas organizada a partir de um sistema, que conta com acordos sociais, mesmo que não tácitos, para que a compreensão ocorra.



Fonte: [Flickr](#)

Descrição da imagem: Foto antiga de Noam Chomsky. Ele é um homem branco, com cabelo branco e comprido, na altura das orelhas. Ele usa óculos e um suéter preto. Ele está sentado, falando, enquanto gesticula com a mão esquerda.

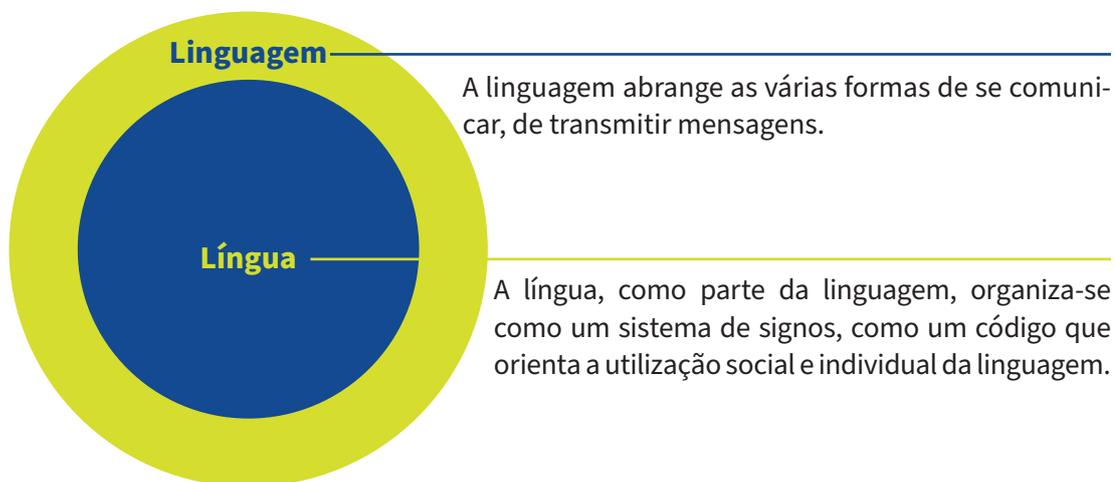
Outro estudioso que nos ajuda a entender a relação entre linguagem e língua é **Noam Chomsky**, norte-americano responsável pelas bases da gramática gerativa.

Segundo Chomsky, o homem dispõe da faculdade da linguagem, ou seja: “A capacidade humana de falar e entender uma língua (pelo menos), isto é, o comportamento linguístico dos indivíduos, deve ser compreendida como o resultado de um dispositivo inato, uma capacidade genética e, portanto, interna ao organismo humano” (Kenedy, 2010, p. 129).

Para Chomsky, o homem já nasce com essa capacidade, o que explicaria o fato de a criança aprender a língua do lugar em que nasce, mesmo muito antes da escolarização formal.

[Saiba mais](#)

Para compreender língua e linguagem a partir desses dois estudiosos, podemos pensar no seguinte diagrama:



Isso é a seara dos estudos da Linguística, que, como já mencionado, teve suas bases nos escritos de Saussure (2012). Petter (2010, p. 18) esclarece que os linguistas, aqueles cujas pesquisas têm como base a Linguística, consideram a língua “[...] um objeto de estudo que deve ser examinado empiricamente, dentro de seus próprios termos [...] [e focaliza], principalmente, a fala das comunidades e, em segunda instância, a escrita”.

Dessa forma, os estudos linguísticos são descritivos, tendo como objetivo mostrar a língua como é, não como “deveria” ser, afastando-se da perspectiva normativa.

A Linguística teve seu início como ciência no século XX, como já vimos, a partir de Saussure. Todavia, os estudos linguísticos ocorrem desde muito tempo atrás. Veja a linha do tempo:

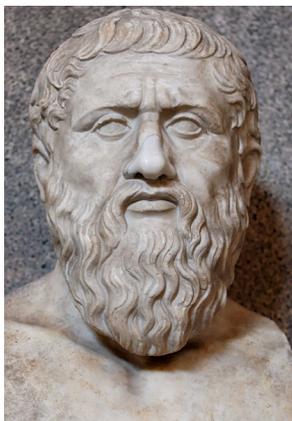
■ **Panini**, por exemplo, ainda no século IV a.C., já estudava a fonética e o discurso presentes no livro dos Vedas, o que se mostrava muito importante pois orientava uma correta pronúncia para que os deuses ouvissem os cânticos.



Descrição da imagem: Escultura do busto de Panini, feito com um material escuro. Ele é representado com uma barba lisa e longa, que chega ao peito. Também tem cabelos lisos e longos. Sua testa é alta e possui uma marcação de três linhas onduladas com um círculo no meio. O busto está sobre um palanque de pedra marrom; no palanque, há uma pedra preta com o seguinte escrito em dourado (em inglês): Panini, 520 BC - 460 BC (Approximate Dates).

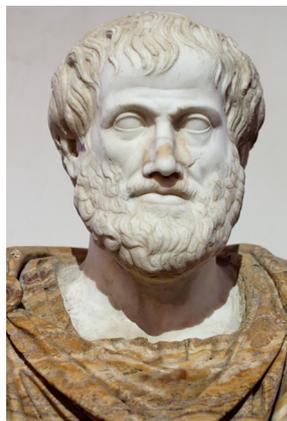
Fonte: [Jameela P.](#)

- Ainda na Antiguidade, na Grécia Antiga, os filósofos **Platão** e **Aristóteles** estudavam concetuação e gramática, aquele pesquisando sobre a relação entre palavras e coisas (motivação no processo de nomeação, relação entre sentido e forma linguística) e este lançando bases para o estudo das classes de palavras, analisando a estrutura da frase ao identificar palavras que davam nomes aos seres (substantivos) e outras que indicavam ações (verbos).



Descrição da imagem: Busto de Platão, feito em pedra clara. Ele é representado com cabelo curto com ondulações. Possui barba longa e pontiaguda. Sua testa está franzida.

[Busto de Platão](#)



Descrição da imagem:

Busto de Aristóteles, feito em pedra clara. Ele é representado com cabelo curto e com ondulações. Possui barba espessa. Sua cabeça é arredondada. Ele veste um manto, esculpido em pedra mais escura.

[Busto de Aristóteles](#)

- A **Idade Média** se destacou com os estudos da estrutura gramatical tomando as línguas como unas e universais. Depois, já com as grandes navegações, outras línguas foram sendo conhecidas e os estudos sobre elas se ocupavam da tradução de livros sagrados e também da elaboração de princípios universais para a análise linguística.



Fonte: [Pexels](#)

Descrição da imagem: Imagem do canto superior direito de um livro antigo, com várias páginas. A página possui uma margem, formando um quadro; dentro do quadro, há um escrito em alfabeto não latino (aparentemente em árabe).

- No **século XIX**, já alicerçando o caráter científico para os estudos da língua tal qual conhecemos hoje, o método histórico deu origem à Gramática Comparada e à Linguística histórica.

Para saber mais, leia o artigo [“Gramática histórico-comparativa: contribuições para a formação de línguas modernas”](#), de Allan de Andrade Lihnars.

Descrição da imagem: Foto de uma mão segurando uma lupa, apontada para um livro antigo, escrito à mão em alguma língua latina.



Fonte: [Pexels](#)

- Chegando ao século XX, temos a publicação do Curso de Linguística Geral (Saussure, 2012 [1916]), que contribuiu sobremaneira para os estudos linguísticos, ao definir a língua como objeto de estudo a partir de um método científico, que “supõe que a observação dos fatos seja anterior ao estabelecimento de uma hipótese e que os fatos observados sejam examinados sistematicamente mediante experimentação e uma teoria adequada” (Petter, 2010, p. 13).



Descrição da imagem: Foto de um caderno aberto sobre um banco de praça. No fundo desfocado, percebemos uma paisagem urbana com árvores.

Fonte: [Freepik](#)

Nesse sentido, a Linguística ocupa-se com a descrição das línguas a partir de um modelo teórico, tendo desenvolvido uma metodologia que busca analisar o fato linguístico a partir de sua realização de fato, tomando um corpus representativo.

E várias são as perspectivas de estudos linguísticos, que nos mostram que a noção de língua vai se modificando a partir de cada modelo investigativo. Koch e Elias (2006), por exemplo, em seu texto “Leitura, texto e sentido”, argumentam que a língua já foi vista como representação do pensamento, como código (mesma visão do Estruturalismo, escola fundada por Saussure) e como dialógica e interacional (prisma da Linguística Textual, especialmente).

Para a **Linguística Textual**, “a língua é uma atividade social, histórica e cognitiva, desenvolvida de acordo com as práticas socio-culturais e, como tal, obedece a convenções de uso fundadas em normas socialmente instituídas” (MARCUSCHI, 2010, p. 64).

Para saber mais sobre **Linguística Textual**, sugiro a leitura de “Estética da criação verbal”, de Mikhail Bakhtin.

Essa perspectiva vai nortear os estudos de nossa disciplina, posto que pesquisar linguagens e identidades é compreender a relação intrínseca entre língua e sociedade, pensando que as situações comunicativas envolvem sujeitos pertencentes a um grupo social, com memórias, ideologias e pensares múltiplos e heterogêneos, envolvidos na trama das práticas socioculturais, esta que orienta formas de se portar linguisticamente em situações diversas, assim como somos regidos por códigos de leis, de vestimenta, de comportamento social.

Isso é o que vamos ver na Unidade 2, a seguir: essas interações entre língua, cultura e identidade.

Unidade 2

Interfaces entre língua, cultura e identidade

Na Unidade 1, vimos como a língua se organiza e quem a estuda, a Linguística, bem como conceitos por que ela se entende a partir de distintas filiações teóricas.

Já nesta Unidade 2, vamos conversar sobre a relação entre língua, cultura e identidade, sobre como esses elementos se inter-relacionam e como influenciam-se entre si.

Partindo dessa premissa, é preciso entender a língua como patrimônio cultural, isto é, como produto e produtor das relações sociais entre os indivíduos que dela fazem uso. Isso porque ela não é mero meio de comunicação, mas, muito mais que isso, reflete modos de ser, de pensar, de entender e mesmo de formular a realidade em redor.

Se virmos dessa forma, estaremos entendendo a língua a partir do Relativismo Linguístico.

Na perspectiva do Relativismo Linguístico:

Se o ambiente físico, característico de um povo, assim se reflete em grande parte na língua, o mesmo acontece, até com maior amplitude, em relação ao ambiente social. Uma grande porção, senão a maioria, dos elementos que constituem os elementos físicos se encontram universalmente distribuídos no tempo e no espaço, de tal sorte que não há limites naturais para a variabilidade dos materiais léxicos na medida em que dão expressão a conceitos provenientes do mundo físico (Sapir, 1969, s.p.).

Sapir (1969) ainda explica que, quando se fala em ambiente, estamos nos referindo tanto ao ambiente físico (geografia, topografia, hidrografia etc.) quanto ao ambiente social (espaços sociais, históricos e econômicos). Mesmo porque, ainda que o ambiente físico diga respeito a questões da realidade física, esta só se revela na língua pelo interesse do homem nela, em como tal realidade influencia a vida das pessoas.

E essas influências ocorrem em todos os níveis da língua, mas aquele que mais fortemente as revela é o léxico, repertório vocabular de uma comunidade linguística.

“[O] léxico de uma língua constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos referentes, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo” (Biderman, 1998, p. 91).

Assim, dando nomes aos elementos físicos e sociais de nossa realidade, vamos compreendendo o mundo em redor, mas também o construindo, tendo em vista que esse processo de nomeação também se dá a partir das vivências, das crenças e das filiações dos indivíduos da sociedade.

Basta pensarmos nos nomes diferentes da fruta conhecida como “mexerica”. Pesquisas do Atlas Linguístico do Brasil mostram que perfis de informantes distintos, em que se considerem lugar de origem, sexo, idade e escolaridade, nomeiam a fruta com designativos distintos, como pocã, enredeira, laranja cravo... a depender de suas vivências e de como a comunidade em que se insere a compreende.

Será então que cultura são essas vivências, essas crenças, esse compartilhar de visões?

Segundo Seabra (2015), sim. Para a estudiosa, sob a perspectiva de Lévi-Strauss (1963), “toda cultura pode ser considerada um conjunto de sistemas simbólicos, dentre os quais estão situados a linguagem, as relações econômicas, a arte, a ciência e a religião” (Seabra, 2015, p. 67).

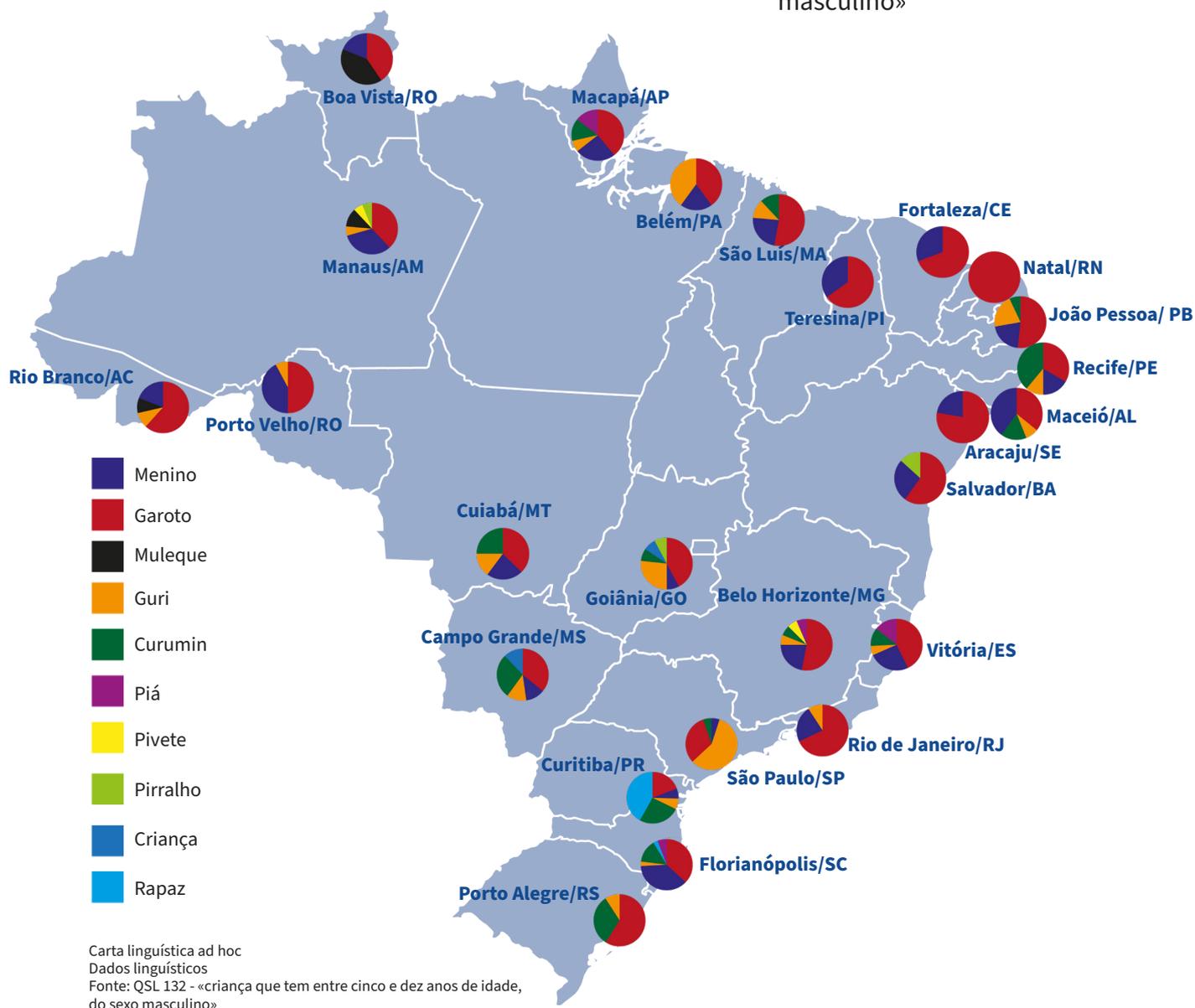
Se buscarmos no dicionário, que é o lugar de diversas consultas sobre a língua de que dispomos, leremos em Houaiss e Villar (2009), na marca de uso Antropologia, que cultura é “[o] conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos, costumes etc. que distinguem um grupo social”.

Pensando em ambas as colocações, vemos em que lugar se encontram língua e cultura, uma vez que os padrões de comportamento mencionados pelos lexicógrafos envolvem práticas de linguagens, inclusive linguísticas. Para isso, consideremos novamente a **diversidade linguística** que em muito reflete a cultura das comunidades.

Os nomes para a criança do sexo masculino, por exemplo, evidenciados pelo Atlas Linguístico do Brasil e apresentados no texto de Costa e Isquierdo (2014) revelam, para além de questões linguísticas, condicionantes culturais.

As autoras, que discorrem sobre as lexias que nomeiam o referente comumente conhecido como menino, argumentam que encontraram, dentre os resultados da pesquisa, atitudes valorativas quanto aos designativos que evidenciam as crenças sobre a língua falada cultivada pelos grupos sociais: “[...] ao relacionar *moleque* ao caráter pejorativo [...] ou *curumim* aos iletrados e idosos, o falante da língua mostra que não faz uso neutro desses designativos, mas a eles atribui juízo de valor” (Costa; Isquierdo, 2014, p. 161). Veja no mapa a seguir.

BRASIL / CAPITAIS
Denominação para criança do sexo masculino
Distribuição diatópica
masculino»



Fonte: Dados de Costa e Isquierdo (2014, p. 152). Mapa de [Alicia Hunter](#)

Descrição da imagem: Ilustração de uma carta linguística com a representação do mapa do Brasil e nele inseridos gráficos no formato pizza cujas cores e fatias, nas capitais, mostram a produtividade das palavras que nomeiam o referente menino documentadas pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil.

Vamos conhecer um pouco da diversidade linguística do nosso curso? Responda à [enquete](#) e compare as respostas dos colegas.

(Você poderá revisitar esta [enquete](#) mais tarde, inserir o mesmo nome de usuário e visualizar as porcentagens atualizadas, contando quem respondeu depois de você).

Para Hall (2016, p. 18), essa diversidade linguística ocorre porque “a linguagem é um dos ‘meios’ através do qual pensamos, ideias e sentimentos são representados numa cultura”.

Duranti (2000) nos ajuda a compreender os diversos conceitos de cultura:

1. Cultura pode ser entendida como algo **distinto da natureza** - por não estar ligada a traços genéticos, mas por ser aprendida a partir das influências do ambiente (naquele sentido de Sapir (1969)) em redor.
2. Cultura pode ser entendida como **conhecimento** - ao revelar modos de ser e saber das sociedades.
3. Cultura pode ser entendida como **comunicação** - conectando os indivíduos.
4. Cultura pode ser entendida como **sistema de mediação** - para o entendimento entre o homem e seu entorno.
5. Cultura pode ser entendida como **sistema de práticas** - não apenas individuais, mas também sociais.
6. Cultura pode ser entendida como **sistema de participação** - porque dela participam os indivíduos.

Dessa forma, podemos relacionar com maior clareza língua e cultura, especialmente por meio do léxico, posto que:

Considerando a dimensão social da língua, podemos ver, no léxico, o patrimônio cultural de uma comunidade. Transmitidos de geração a geração como signos operacionais, é através dos nomes que o homem exerce a sua capacidade de exprimir sentimentos e ideias, de cristalizar conceitos. Assim, o patrimônio lexical de uma língua constitui um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multiseculares de um povo, podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época, mots-témoins (Seabra, 2015, p. 73).

Agora, esclarecendo as intersecções entre língua e cultura, para finalizar nossa Unidade 2, falta-nos discutir sobre as relações entre língua, cultura e identidade. Hall (2000) nos auxilia nessa discussão ao explicar que “as identidades têm a ver com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos” (Hall, 2000, p. 40).

Em outras palavras, “a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade” (Woodward, 2000, p. 18). A partir dessas discussões, percebemos que a identidade é moldada pela cultura. Em que sentido? Vamos pensar sobre isso.

Se os recursos socioculturais, mencionados por Hall (2000), relacionam-se com a identidade em um sentido de anterioridade, isto é, a partir deles assumimos nossas identidades, concordamos com Woodward (2000), que defende que a cultura molda a identidade.

Basta pensarmos em como, mesmo sem perceber, reproduzimos discursos, opiniões e ideologias dos grupos sociais de que participamos. Mesmo a identidade: **sou brasileiro!** A que me remete? A uma personalidade mais festeira e expansiva, a alguém que trabalha para melhorar a vida? “Sou brasileiro e não desisto nunca!”. Essas são algumas das características que socialmente são construídas para identificar o ser brasileiro.

Carmem Miranda e a identidade brasileira



Fonte: [Pixabay](#)

Descrição da imagem: Representação ilustrada e bastante colorida e adornada de Carmem Miranda, cantora que na década de 1930 fez muito sucesso no mundo inteiro mostrando traços fortes da cultura brasileira, muitos dos quais permanecem no imaginário popular.

A língua se insere entre identidades e cultura a partir do momento em que é tomada como produto cultural, bem como é o código responsável por comunicar conhecimentos, construir identidades. Ora, se a língua carrega consigo determinantes extralinguísticos, dentre esses se encontram questões culturais, posto que é fácil perceber, por exemplo, que mesmo em um mesmo país, como no Brasil, temos culturas diversas, reveladas por escolhas lexicais, pela prosódia na fala, pela pronúncia de determinadas palavras... A região Norte, que congrega a maior população indígena no país, utiliza muitos nomes de base linguística indígena, designando muitas vezes hábitos também advindos desse mesmo lugar.

E língua constrói e revela identidades também. Se pensarmos em como mostramos quem somos e o que pensamos a partir da língua que utilizamos. Por exemplo, para nomear a mulher que se vende para qualquer homem (Comitê Nacional do Projeto Alib, 2001, p. 32), será que palavras como prostituta, vagabunda, biscate ou puta (Costa, 2023) mostram a mesma maneira com que o falante enxerga essa mulher? Alguns deles podem ser mais isentos de julgamento, outros não e isso mostra a identidade do falante, como vê e enxerga o mundo.

Assim sendo, língua, cultura e identidade são conceitos muito proximamente relacionados, de tal forma que não é tarefa fácil precisar quem precede ou quem é superior nessa relação.

E, para aprofundar nossas discussões, notadamente sobre identidades, no Módulo 2 trataremos as identidades e as pós-identidades na modernidade e na pós-modernidade.

Saiba mais:

Para saber mais sobre o Atlas Linguístico do Brasil, sugiro acesso à página do projeto: <https://link.ufms.br/alib>

Considerações finais

Neste **Módulo 1**, estudamos alguns conceitos sobre língua, bem como seus estudos e também outros basilares para a disciplina, como cultura e identidade.

É importante considerarmos que as discussões tomaram os espaços pertinentes a um módulo de 17 horas de estudo, nossa proposta para a disciplina, o que enseja lembrarmos que é necessário um maior aprofundamento nos estudos caso deseje se debruçar sobre o tema. A ideia foi mostrar principais conceitos, bem como apontar caminhos para mais estudos por meio de indicações de leitura e pelas referências utilizadas para a escrita e apontadas ao final do módulo.

Sobre linguagem e língua, na **Unidade 1**, lemos especialmente Petter (2010), que nos mostrou a relação entre ambas a partir do estabelecimento de noções sobre os conceitos. Ainda vimos como se relacionam e como se iniciaram e se desenvolveram os estudos linguísticos até a constituição da Linguística como ciência.

Trata-se de um fato importante, haja vista que, mesmo que houvesse já pesquisas linguísticas, apenas a partir de Saussure esses trabalhos passaram a ser autônomos em relação a outros campos do saber, que antes se ocupavam do estudo da língua, como Antropologia, História e Psicologia, por exemplo.

A partir daí, os estudos linguísticos se desenvolveram, caminhando por diferentes destinos, a depender da metodologia e do corpus utilizado por suas pesquisas. Isso foi evidenciado em nosso texto a partir de conceitos distintos de língua, como o do Estruturalismo e da Linguística Textual.

Tendo superado esse primeiro momento, a **Unidade 2** nos mostrou a relação entre língua, cultura e sociedade, também apresentando conceitos a elas pertinentes, bem como verificando no léxico essas inter-relações de modo mais evidente.

Isso porque, por ser o léxico o repertório vocabular de uma comunidade, o nível linguístico utilizado para nomear elementos da realidade, mas também aquilo que às vezes nem existiu fora do pensamento, ele revela modos de ser, de pensar e de compreender a sociedade, o que se relaciona diretamente com a cultura e com a identidade.

Estudamos também escritos de pesquisadores dos Estudos Culturais, como Hall (2000; 2016) e Woodward (2000), cujas contribuições nos ajudam a compreender cultura e identidade, bem como nos lembramos de alguns exemplos de trabalhos linguísticos, como Costa (2023) e Costa e Isquerdo (2014), que, ao investigar nomes para a prostituta e para o menino, confirmaram o que Biderman já apontara:

[...] A interpretação dos dados da realidade captados pelos sentidos, conceitualizados pela mente e cristalizados em palavras, não coincide obviamente com a realidade nem se identifica com ela. Coseriu afirma com razão: “não se trata de estruturas ‘objetivas’ da realidade ... mas de estruturações impostas à realidade pela interpretação humana” (Biderman, 1998, p. 116-117 *apud* Blikstein, 1995, p. 46).

E essas estruturas impostas pela interpretação humana e refletidas nas palavras são condicionadas pela cultura e pela identidade, posto que funcionam elementos que direcionam a interpretação e mesmo o que entendemos como realidade.

Nesse sentido, identidades individuais e coletivas vão se formando e se revelando pela língua, constituindo o que conhecemos como cultura, que, grosso modo, é a representação do que somos, do que pensamos e do entendemos sobre o mundo, em acordo com os modos de ser e de viver da comunidade em que estamos inseridos.

Sobre essa relação entre culturas e identidade vamos conversar mais no **Módulo 2**, que estudará identidades, performatividade e decolonialidade.

Até lá!

Referências

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, nº 2 (agosto), p. 81-118, 1998.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. **Atlas linguístico do Brasil**: questionário 2001. Londrina: Eduel, 2001.

COSTA, DANIELA DE SOUZA SILVA. Descortinando os falares brasileiros: os nomes para prostituta no Centro-Oeste, segundo o ALiB. In: RAMOS, Conceição de Maria de Araújo; ALTINO, Fabiane Cristina; PAIM, Marcela Moura Torres. (Org.). **DOCUMENTOS 8** - Projeto Atlas Linguístico do Brasil. 1ed. Londrina: EDUEL, 2023, v. 1, p. 271-292.

COSTA, Daniela de Souza Silva; ISQUERDO, Aparecida Negri. “Menino”, “guri”, “piá”, “curumim” e “moleque” nas capitais brasileiras: contribuições do Projeto ALiB. In: RASKY, Abdelhak et al (Orgs.). **Estudos sociodialetais do Português brasileiro**. Campinas: Pontes, 2014, p. 143-164.

DURANTI, Alessandro. **Antropologia Linguística**. Madrid: Cambridge/University Press, 2000.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Trad. SILVA, Tomaz Tadeu da; LOURO, Guacira Lopes. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Organização e revisão técnica de Arthur Ituassu. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss Eletrônico**. Versão on-line. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

KENEDY, Eduardo. Gerativismo. In: Mário Eduardo Toscano Martelotta. (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 127-140.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

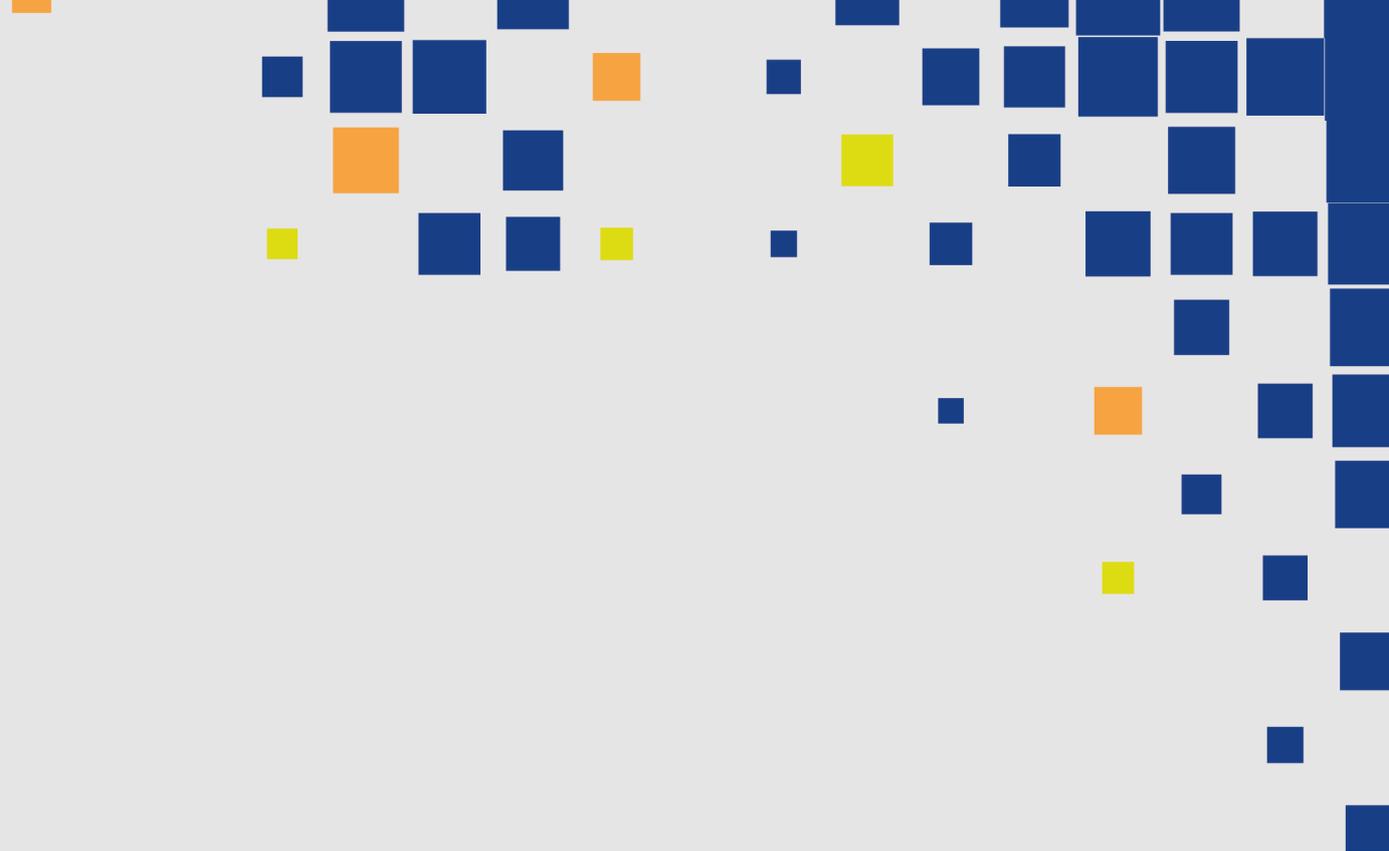
PETTER, Margarida. Linguagem, língua, Linguística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à Linguística**. I - Objetos teóricos. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2010. ISBN: 978-85-7244-192-6. [Disponível na Biblioteca Digital da UFMS](#).

SAPIR, Edward. **Linguística como ciência**. Ensaios. Livraria Acadêmica, 1969.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Organizado por Albert Sechehaye e Charles Bally. Traduzido por Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Língua, cultura, léxico. In: SOBRAL, Gilberto Nazareno Telles; LOPES, Norma da Silva; RAMOS, Jânia Martins. **Linguagem, sociedade e discurso**. São Paulo: Blucher, 2015, p. 65-84.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 07-72.



Módulo 2

**Identities, performatividade
e decolonialidade**



Apresentação

Olá, estudante!

Neste **Módulo 2**, depois de discutirmos sobre, dentre outros temas, a relação entre língua, cultura e identidade, vamos aprofundar nossos estudos sobre identidades, seus conceitos e as relações destes com sujeitos e modernidade na **Unidade 1**.

Para isso, vamos ler trabalhos na área de Estudos Culturais, como os de Silva (1999) e Hall (2000; 2016), dentre outros. Esses e os demais pesquisadores dessa abordagem, segundo Storey, entendem que:

Através da análise da cultura de uma sociedade – as formas textuais e as práticas documentadas de uma cultura – é possível reconstituir o comportamento padronizado e as constelações de idéias [sic] compartilhadas pelos homens e mulheres que produzem e consomem os textos e as práticas culturais daquela sociedade. É uma perspectiva que enfatiza a “atividade humana”, a produção ativa da cultura, ao invés de seu consumo passivo (Storey, 1997, p. 46).

Nessa direção, compreendemos a identidade retomando sua relação com a cultura para discorrer sobre o fato de as identidades se constituírem socialmente, podendo ser assim vistas a partir de distintas perspectivas, que coadunam com momentos históricos distintos.

Depois, na **Unidade 2**, vamos estudar as políticas identitárias na contemporaneidade e a decolonialidade. Veremos, por exemplo, que a compreensão das identidades como patrimônio social traz consigo a identificação de diferenças que podem se revelar sob diversos fatores, a depender de sexo, etnia e religião, de maneira que as políticas identitárias buscam a justiça social para grupos minorizados.

Essas políticas podem ocasionar ações diversas, bem como se apresentar de formas distintas. E, como se relacionam diretamente com questões sociais e de reparação quanto a injustiças e a desigualdades, as políticas identitárias se encontram com o conceito de decolonialidade, que entende que devemos lutar contra as amarras da colonialidade do saber, tendo como base:

[...] A noção de que na dicotomia Sujeito x Objeto estabelece como Sujeito (Humano) do conhecimento a Europa e, como Objeto (Não humano), os povos colonizados e suas expressões de existência, capturadas como “exóticas”, bestiais. Autorizava-se e legitimava-se, deste modo, a exploração, a escravização e o extermínio de povos bestializados (Santos, 2018, p. 5).

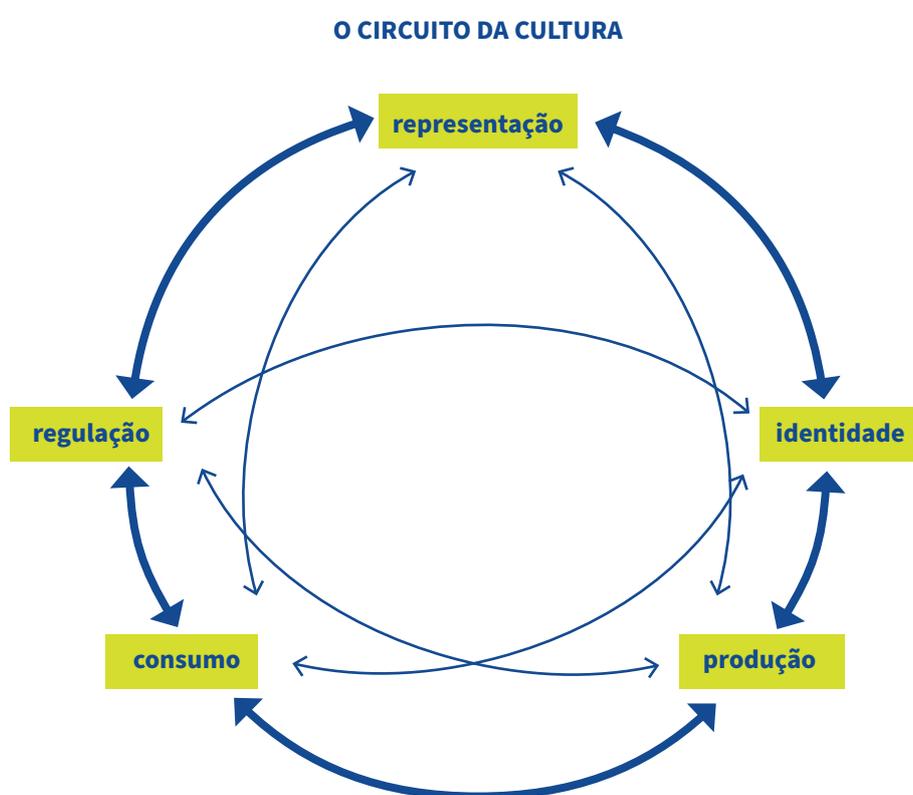
Frente ao exposto, esperamos que você entenda melhor essas relações e aprofunde seus estudos, de maneira a compreender como tais discussões importam para a justiça social e para o respeito à diversidade. Bons estudos!

Unidade 1

Identidades, pós-identidades e sujeitos

Estudamos no Módulo 1, dentre outras questões, a relação entre língua, cultura e identidade. Agora, no Módulo 2, estudaremos com mais profundidade as identidades, pós-identidades e sujeitos.

Para começar nossa discussão, podemos retomar a leitura de Hall (2016), que insere a identidade no **circuito da cultura**. Veja como os demais elementos se relacionam com a identidade, neste circuito.



Fonte: Adaptado de Hall (2016, p. 18)

Descrição da imagem: Ilustração do circuito de cultura proposto por Hall (2016), em que há setas externas que apontam para ambos os lados - acima e abaixo - e também setas internas entre os elementos, mostrando as relações entre, em sentido horário, representação, identidade, produção, consumo e regulação.

Importante notar que as setas têm dois sentidos, e mesmo as exteriores complementam as setas que estão dentro do circuito, mostrando como esses elementos se inter-relacionam e se completam no jogo da significação.

Representação

No circuito, a representação se apresenta em primeiro plano posto que, pela linguagem, representamos quem somos, o que pensamos e o que vemos da realidade a partir de nossas identidades.

Produção

Partindo dessa relação temos a produção dos sentidos, que dependem fortemente das vivências, das ideologias e do que acreditamos. Para ilustrar esse pensamento, podemos considerar o significado de morte para as várias culturas. O sentido dela vai depender em grande medida da cultura que a vê.

Consumo

Haja vista essas relações, podemos entender por conseguinte como o consumo participa desse circuito, uma vez que o que consumimos é produto de nossas identidades, representadas pela linguagem.

Regulação

Nessas relações também se insere a regulação, já que a avaliação do que pode ou não pode, do que vale ou não, vai estar nesse jogo de sentidos.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e de práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (Hall, 2000, p. 109).

O homem na “família tradicional”



Descrição da imagem: Gravura com traços de lápis de uma “família tradicional”. Há uma figura masculina no centro, sentada, vestindo um terno. Do seu lado direito, em pé, há uma figura feminina, que entendemos ser sua esposa, junto com sua filha. Ao seu lado esquerdo, um menino, que entendemos ser seu filho. A gravura é de traços simples e as figuras não possuem rostos.

Fonte: [Jeroen Mirck](#)

Plaza Pinto (2007, p. 1) contribui para essa discussão ao acrescentar que “uma visão performativa radical da linguagem propõe o corpo como elemento explicativo na análise das práticas identitárias. Os atos de fala repetidos dentro de um quadro normativo rígido constituem as identidades - atos ritualizados de um corpo que fala”.

Sendo assim, é preciso pensar que, se as identidades são construídas no e pelo discurso, em locais históricos e institucionais específicos, como ensina Hall (2000) e concorda Plaza Pinto (2007), posto que a perspectiva performativa da linguagem entende que a língua não apenas comunica, ela faz, retomando-se os ensinamentos de Austin (1976). Vemos ainda que, construída na linguagem e pela linguagem, as identidades também não são fixas, rijas, mas podem se mover seguindo as próprias mudanças sociais por que passam os indivíduos.

Consideremos, por exemplo, a questão da identidade de gênero. Plaza Pinto (2007) traz até exemplos de enunciados como “Fale como um homem, rapaz” ou “Mulheres falam mais que homem”. Se pensarmos sobre as mudanças sobre a identidade masculina, lembraremos que, até os anos 2000, a ideia de homem ideal necessariamente estava ligada àquele indivíduo musculoso, até mesmo grosseiro, que era responsável sozinho pelo sustento da família e que, por isso, tinha lugar privilegiado na sociedade, em casa e nos demais ambientes.

Hoje conversamos sobre patriarcado, masculinidade tóxica e, talvez, aquele ideal masculino não seja mais visto como tão perfeito, de maneira que a identidade masculina vai sendo modificada também a partir de novos padrões sociais.

[...] Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e da diferença. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única (Silva, 1999, p. 83).

As identidades desempenham um papel fundamental na formação e na interação dos sujeitos. Frente ao exposto, vemos que o entendimento tradicional de identidade tem sido desafiado por novas perspectivas que emergem na era contemporânea.

Sob esse prisma, o termo “**pós-identidade**” surge como uma resposta crítica às concepções estáticas e essencialistas de identidade. Ele sugere que as identidades são fluidas, múltiplas e dinâmicas, em vez de fixas e determinadas.

A política pós-identitária tem bases na Teoria Queer. Ela teve origem nos Estados Unidos a partir da década de 1980, fundada por um grupo de estudiosos de formações bastante diversificadas que pesquisou especialmente temas voltados à diversidade sexual. Segundo Louro:

Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambigüidade [sic], do “entre lugares”, do indecível (Louro, 2004, p. 08).

Hall (2000) contribui para essa discussão ao inserir a noção de sujeito para a compreensão das pós-identidades, haja vista que, para ele, identidade e sujeito se relacionam intimamente, inclusive quanto às mudanças no entendimento daquela. Conforme o autor: “[...] o conceito de identidade mudou: do conceito ligado ao sujeito do Iluminismo para o conceito sociológico e, depois, para o do sujeito ‘pós-moderno’” (Hall, 2000, p. 21). Entenda essas mudanças a seguir.

1. Para Hall (2000), o sujeito no **Iluminismo** era individual, centrado em si mesmo, “indivisível” e ao mesmo tempo único, singular.
2. À medida que as sociedades se tornavam mais complexas, elas se transformavam também para uma forma mais coletiva e **social**, com mais estruturas administrativas e industrialização pelo desenvolvimento do capitalismo. Sendo assim, “o indivíduo passou a ser visto como mais localizado e ‘definido’ no interior dessas grandes estruturas e formações sustentadoras da sociedade moderna” (Hall, 2000, p. 29).
3. Este indivíduo moderno deu lugar ao sujeito **pós-moderno**, cujas identidades são abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas (Hall, 2000). Isso porque, na era da

globalização e das tecnologias de comunicação, por exemplo, as fronteiras entre culturas, grupos e identidades tornam-se mais porosas, permitindo o surgimento de identidades híbridas e transculturais.

Saiba mais:

Se quiser saber mais sobre a construção dos sujeitos no curso da História, sugiro a leitura de “Sujeitos na história: perspectivas e abordagens”, de Secreto, Venâncio e Viana (2018).

As novas tecnologias e a cultura



Fonte: [Pixabay](#)

Descrição da imagem: A imagem mostra um aperto de mãos entre alguém que está presente no lugar e outrem, que está transpassando a tela do notebook, mostrando como a internet e a tecnologia favorecem a transculturalidade.

Sob a perspectiva pós-moderna, indivíduos podem se identificar não apenas com uma única cultura, mas com várias, criando uma complexidade na construção de suas identidades. Podemos, por exemplo, sentir identificação com a música de nossa região, de nosso país, mas nos identificarmos também com os modos da sociedade norte-americana, por exemplo, a partir da alimentação, do estilo de vestir, dentre outros. Nessa direção, Hall afirma:

[...] A globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e “fechadas” de uma cultura nacional. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas (Hall, 2000, p. 87).

É importante, todavia, pensarmos que, além dessa transculturalidade, desse sujeito mais plural, temos também identidades que buscam a tradição, o que entendem como “livre” dessas influências, um retorno às raízes. Mesmo porque, se o sujeito pós-moderno é também senhor de sua identidade, ele não apenas recebe tais influências, mas as produz igualmente.

Partindo dessas considerações, podemos depreender que o sujeito pós-moderno representa uma ruptura com os modelos tradicionais de identidade e subjetividade, refletindo as mudanças profundas na sociedade contemporânea. Sua existência é marcada pela fluidez, pluralidade e resistência às normas e padrões estabelecidos, desafiando as concepções convencionais de quem somos e de como nos relacionamos com o mundo em redor.

Haja vista, pois, essas considerações acerca de identidade e sujeito, vamos, na Unidade 2 deste Módulo, continuar tratando da contemporaneidade, mas a relacionando a políticas identitárias e decolonialidade.

Unidade 2

Políticas identitárias na contemporaneidade e decolonialidade



Fonte: [Pixabay](#)

Descrição da imagem: Imagem de diversas pessoas segurando um painel que traz uma mensagem em inglês que pode ser traduzida como “faça as coisas acontecerem”. Se observarmos melhor, veremos que elas representam diferentes culturas, a julgar por seus trajes, o que vai ao encontro das políticas identitárias.

Como já vimos até aqui, as identidades revelam modos de ser e pensar em uma sociedade cada vez mais diversa, seja pela globalização, seja pelas próprias mudanças decorrentes de movimentos sociais.

Isso tudo nos leva a compreender como o tema traz consigo questões políticas, de representação, uma vez que os diferentes sujeitos almejam espaços socioculturais e respeito em suas individualidades, cobrando o reconhecimento de seus direitos da própria sociedade e, evidentemente, do Estado.

Nesse sentido, “[...] a **política identitária** pode ser entendida como uma apropriação da categoria contemporânea de identidade como base para determinadas ações políticas, voltadas especialmente para as questões de gênero, sexualidade e raça” (Sousa Alves; Alkmin, 2021, p. 589-590, grifo nosso). Essas políticas buscam enfrentar desigualdades históricas e estruturais, bem como desafiar sistemas de opressão e discriminação em prol de justiça social.



Podemos entender como uma das razões para a articulação das políticas identitárias o fato de que:

A identidade de uma pessoa se torna tão minada pelo sistema que ela deve adotar uma identidade social para criar um senso de identidade pessoal e se conectar com os outros, visto que seus problemas permanecem sem respostas dentro do estado neoliberal, e seu sucesso pessoal é pré-determinado por um sistema econômico que associa quedas econômicas com uma identidade individual fracassada (Wrenn, 2014, p. 503, tradução nossa).



Fonte: [Pixabay](#)

Descrição da imagem: Foto de uma estatueta que representa a justiça: uma mulher segurando uma espada com a mão direita e com venda nos olhos, trazendo em sua mão esquerda uma balança, o que significa que a justiça não distingue ninguém, tem a força e equilíbrio em suas decisões, assim como deve ser e como é cobrada pelos movimentos sociais.

Em certa medida, vemos que as políticas identitárias têm influenciado agendas governamentais, legislação e políticas públicas, posto que governos têm adotado medidas para promover a diversidade e a inclusão em diferentes setores, como educação, emprego e representação política.

No Brasil, por exemplo, a [Lei nº 10.639](#) (Brasil, 2003) tem vistas a promover uma educação antirracista ao determinar, em seu artigo 26, que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (Brasil, 2003). Ela ainda foi complementada pela [Lei nº 11.645](#) (Brasil, 2008), que inclui nessa obrigatoriedade o estudo da história e da cultura indígena.

Essa legislação nos mostra que, a partir de movimentos sociais reivindicando seus direitos, o Estado brasileiro tem se organizado para atender essas demandas. Todavia, é

importante considerarmos que apenas a existência de legislação não garante os direitos. Prova disso é que ainda temos episódios de racismo em nossa sociedade, bem como o desconhecimento da diversidade étnica de nossa população.

E, quando nos referimos a políticas identitárias, estamos tratando, para além de questões étnicas, temas relacionados às demais identidades, notadamente de minorias, sejam elas linguísticas, sejam elas relacionadas a gênero, raça, etnia, orientação sexual, religião, classe socioeconômica e habilidades físicas ou mentais. Sendo assim, movimentos negros, LGBTQIAP+, grupos indígenas e representações civis têm se articulado para a defesa de seus direitos, compreendendo que a criação de leis é um passo importante para a garantia dos direitos individuais e sociais.

Para Wrenn (2014), essas políticas identitárias podem ser pacíficas ou não. No caso das políticas identitárias violentas, seus agentes são “Indivíduos extremistas, como fundamentalistas que vivem de acordo com uma interpretação específica e estrita dos princípios de Deus/Alá, neo-luditas, político-punk/straight-edgers, o movimento de milícias ou anarquistas [...]” (Wrenn, 2014, p. 512, tradução nossa). Segundo a autora, esses indivíduos extremistas “[...] veem seus padrões próprios construídos acima da lei do homem e das leis do mercado” (Wrenn, 2014, p. 512, tradução nossa).

Por outro lado, no caso das manifestações não violentas, segundo a autora, “[...] esses indivíduos [que delas participam] compartilham uma identidade social e extraeconômica e lutam pela efetivação das leis universais de igualdade, leis que vão além das leis de mercado” (Wrenn, 2014, p. 512, tradução nossa). Como vimos, esses indivíduos são aqueles cujas necessidades não foram atendidas pelo Estado ou que foram oprimidos.

Podemos ainda pensar em várias formas de ação pacífica das políticas identitárias, como:

Ações afirmativas

Políticas que visam corrigir desigualdades históricas, proporcionando oportunidades adicionais ou preferenciais para grupos que foram historicamente marginalizados ou discriminados. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, por exemplo, aplica as políticas afirmativas em seus processos seletivos, tanto para a contratação de servidores como para a seleção de estudantes, contando, inclusive, com uma Secretaria de Acessibilidade e Ações Afirmativas. [Conheça a secretaria](#)

Leis antidiscriminatórias

São as que coíbem a discriminação com base em características identitárias em áreas como emprego, habitação, educação e serviços públicos. A própria Lei nº 10.639/2003, mencionada anteriormente, pode representar esse tipo de política identitária.

Quotas

Ações que estabelecem metas numéricas para a representação de grupos específicos em instituições ou programas. A Lei de Cotas, nº 14.723/2023, que dá continuidade à Lei nº 12.711/2012 pode ilustrar essa forma:

De acordo com a proposta, serão reservadas para pessoas negras 30% das vagas disponíveis em concursos públicos e em processos seletivos simplificados de órgãos públicos, sempre que forem ofertadas duas ou mais vagas. Desse percentual, metade será destinada especificamente a mulheres negras, podendo ser redistribuída aos homens nas situações em que não houver candidatas suficientes (Agência Senado, 2024).

Educação e conscientização

São programas que buscam educar o público sobre as questões relacionadas à identidade e promover a sensibilização para as experiências e desafios enfrentados por diferentes grupos, como campanhas publicitárias, materiais didáticos e paradidáticos etc.

Inclusão e diversidade

São iniciativas que promovem a inclusão de pessoas de diversas identidades em espaços sociais, econômicos e políticos, com vistas a criar ambientes mais equitativos e justos. A Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, por exemplo, seleciona regularmente intérpretes de Libras para trabalhar em suas escolas, buscando assegurar educação de qualidade para os estudantes surdos matriculados na Rede.

Políticas de representação

São esforços para aumentar a representação de grupos sub-representados em instituições governamentais, corporações, mídia e outras esferas de influência. O IPOL - Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas - atua auxiliando grupos minorizados articulando sua representação, realizando “[...] atividades nas áreas de línguas indígenas, línguas de imigração, línguas de fronteira, entre outras, em parceria com diversas instituições nos âmbitos nacional, estadual e municipal, de norte a sul do Brasil, além de parcerias com países da América do Sul” (IPOL, 2024). [Conheça o IPOL](#)

Vemos, pois, que muitas são as ações articuladas das políticas identitárias e também que há atos violentos e pacíficos para defender as identidades. E esses movimentos seguem em direção a um tema bastante estudado atualmente: a **decolonialidade**.

Para Mignolo (2007), a decolonialidade surgiu em resposta à colonialidade e à modernidade inicialmente nas Américas pela resistência do pensamento indígena e afrocaribenhos, mas também na Ásia e na África, com a contraposição ao imperialismo britânico e ao colonialismo francês.

Oliveira e Lucini, por sua vez, explicam que:

A decolonialidade atua como luta e resistência contra as colonialidades impostas aos grupos subalternos e contra o padrão de poder, e a sua teorização se dá a partir da “construção alternativa à modernidade eurocêntrica, tanto no seu projeto de civilização quanto em suas propostas epistêmicas” (Oliveira; Lucini, 2021, p. 108).

“Mão”, de Oscar Niemeyer



Fonte: [Dennis Fidalgo](#)

Descrição da imagem: O monumento “Mão” está exibido no Memorial da América Latina, em São Paulo. A palma da mão mostra a América Latina se misturando a um caminho de sangue, representando a luta do continente por seus direitos. Veja o Memorial em 360°

Assim sendo, vemos como os questionamentos à conjuntura moderna tem gerado debates e ações, neste caso representadas pelas políticas identitárias na contemporaneidade. Além disso, podemos identificar as aproximações entre as políticas identitárias e a decolonialidade, haja vista que esta se mostra como atos de luta e denúncia, mas também como teoria.

Para finalizar esta Unidade 2, trazemos para reflexão uma citação de Grada Kilomba, que reconhecemos longa, mas aqui transcrita especialmente pelas inquietações que deve promover a partir de nossas discussões:

Para descolonizar o conhecimento, temos que entender que todos/as nós falamos de tempos e de lugares específicos, a partir de realidades e histórias específicas. Não existem discursos neutros. Quando os acadêmicos/as brancos/as afirmam ter um discurso neutro e objetivo, eles/as não estão reconhecendo que também escrevem a partir de um lugar específico, que, naturalmente, não é neutro nem objetivo, tampouco universal, mas dominante. Eles/as escrevem a partir de um lugar de poder. Há esta anedota: uma mulher Negra diz que ela é uma mulher Negra, uma mulher branca diz que ela é uma mulher, um homem branco diz que é uma pessoa. Branquitude, como outras identidades no poder, permanecem sem nome. É um centro ausente, uma identidade que se coloca no centro de tudo, mas tal centralidade não é reconhecida como relevante, porque é apresentada como sinônimo de humano. Em geral, pessoas brancas não se veem como brancas, mas sim como pessoas. A branquitude é sentida como a condição humana. No entanto, é justamente esta equação que assegura que a branquitude continue sendo uma identidade que marca outras, permanecendo não marcada. E acreditem em mim, não existe uma posição mais privilegiada do que ser apenas a norma e a normalidade. Descolonizar o conhecimento significa criar novas configurações de conhecimento e de poder. Então, se minhas palavras parecem preocupadas demais em narrar posições e subjetividade como parte do discurso, vale a pena lembrar que a teoria não é universal nem neutra, mas sempre localizada em algum lugar e sempre escrita por alguém, e que este alguém tem uma história (Kilomba, 2016, p. 17).



Fonte: [Leo Koako](#)

Grada Kilomba é uma psicóloga, artista e pesquisadora interdisciplinar portuguesa. É conhecida por pesquisar e escrever sobre trauma, gênero, racismo e pós-colonialismo. [Saiba mais.](#)

Descrição da imagem: Foto de Grada Kilomba. Ela é uma mulher negra, de cabelos longos e trançados. Está olhando para o lado esquerdo, sorrindo. Veste uma blusa branca com traços azuis. Ao fundo, vemos que ela está num corredor entre prédios.

Considerações finais

Neste **Módulo 2**, estudamos identidades, performatividade e decolonialidade, de maneira a estabelecer reflexões sobre questões linguísticas, culturais, performativas e decoloniais ligadas à produção/invenção de identidades, um de nossos objetivos específicos.

Dessa maneira, na **Unidade 1**, conversamos sobre identidades, pós-identidades e sujeitos, entendendo como as identidades se constroem linguística, social e culturalmente, de maneira que podemos identificar as pós-identidades, relacionando-as à pós-modernidade. Para isso, lemos textos de estudiosos, dentre outros, filiados aos Estudos Culturais, que entendem a cultura como balizadora para práticas sociais e discursivas.

Assim, entendemos também como os conceitos de sujeito se relacionam às identidades, compreensão que passa pela compreensão dos diferentes momentos sociais da humanidade.

Na **Unidade 2**, retomamos os estudos sobre identidade, inclusive lendo novamente Hall (2000), que organizou em um circuito as relações entre identidades, representação, produção, consumo e regulação.

Entendemos que, como as identidades se constroem socialmente, a partir de nossas origens, mas também de nossas ideologias e comunidades em redor, vimos que há algumas minorizadas, e nem estamos nos referindo a minorias numéricas, mas qualitativas, por isso o uso de minorizadas. Para essa compreensão, basta pensarmos em como os negros e pardos são maioria da população brasileira - 55,5% dos brasileiros segundo o Censo 2022 (AGÊNCIA BRASIL, 2024) - mas sofrem preconceitos e limitações no acesso a direitos sociais e políticos.

Situações como essas levam à construção de políticas identitárias, que podem ser entendidas como ações diversas que têm vistas à equidade social, de modo que todos tenham acesso aos mesmos benefícios sociais, bem como não sejam vítimas de preconceito ou de segregação. Não por acaso, as políticas identitárias, como vimos, consideram em sua atuação as diferenças de gênero, etnia, religião e raça.

Também não por acaso, algumas vezes as políticas identitárias têm consigo ações violentas, que, mesmo representando uma parte pequena dentre todos os atos, acabam por evidenciar a urgência na discussão desses temas.

Nessas discussões, lembramo-nos de exemplos brasileiros e mesmo locais de políticas identitárias, revelando que, ainda que tenhamos muitas situações que exigem uma atua-

ção maior do Estado e da sociedade, em defesa da justiça social, em muito promovida por essas políticas, passos importantes têm sido dados nos caminhos da igualdade.

Diante do exposto, clarificam-se as relações entre políticas identitárias e decolonialidade, esta que teve seu início com a reunião de diversos pesquisadores e também de lideranças que, no século XX, começaram a delinear ações contra a colonialidade, esta que, em linhas gerais, diz respeito a pensares e ações que concebem, no centro da produção do conhecimento, a Europa, subjugando as demais nações, a quem é reservado o lugar de exótico, pitoresco, mas nunca de cultura, de saberes.

Decolonizar é trazer a lume questões de luta e identidade de sociedades que por muito tempo foram vistas apenas como colônias, mas que em nada se inferiorizam frente às nações europeias ou a quaisquer outras que porventura acreditem ser superiores.

Nessa direção, decolonialidade é também a luta por políticas identitárias que assegurem direitos sociais e individuais de todas as parcelas da população para que todos tenham acesso às instituições e a uma vida justa, digna e cidadã.

Realizadas, pois, essas considerações, e tendo estudado os Módulos 1 e 2, na sequência, o **Módulo 3** conclui nossa disciplina ao trazer à baila temas como a (pós) modernidade, a representatividade quanto às (pós) identidades e a relação dessas com a ética.

Até lá!

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Censo 2022**: população parda supera a branca pela 1ª vez. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/censo-2022-populacao-parda-supera-branca-pela-1a-vez#:~:text=Entre%20os%20recenseamentos%20de%202010,20%2C7%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas>. Acesso em: 21 mar. 2024.

AGÊNCIA SENADO. **Senado aprimora Lei de Cotas, e texto já está em vigor**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/10/senado-aprimora-lei-de-cotas-e-texto-ja-esta-em-vigor#:~:text=O%20texto%20do%20projeto%20se,9%20de%20junho%20de%202024>. Acesso em: 21 mar. 2024.

BRASIL. **Lei no 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União, Brasília, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 19 mar. 2024.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Trad. SILVA, Tomaz Tadeu da; LOURO, Guacira Lopes. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Organização e revisão técnica de Arthur Ituassu. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

IPOL. Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Políticas Linguísticas. **Sobre o IPOL**. Disponível em: <http://ipol.org.br/sobre-o-ipol/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento** - Uma Palestra-Performance. Tradução de Jéssica Oliveira. Disponível em: https://www.academia.edu/23391789/Tradu%C3%A7%C3%A3o_para_o_Portugu%C3%AAs_de_DESCOLONIZANDO_O_CONHECIMENTO_Uma_Palestra_Performance_de_Grada_Kilomba. Acesso em: 21 mar. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MIGNOLO, Walter. D. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, 34, p. 287-324, 2008.

OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINI, Marizete. **O pensamento decolonial:** conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência. *Boletim Historiar*, vol. 08, n. 01, Jan./Mar. 2021, p. 97-115. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/15456/11639>. Acesso em: 21 mar. 2024.

PLAZA PINTO, Joana. **Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades.** D.E.L.T.A, São Paulo, n. 23, v. 1, 2007, p. 01-26. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/mJXrxyVCKLGRX8QvFsh5zz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2024.

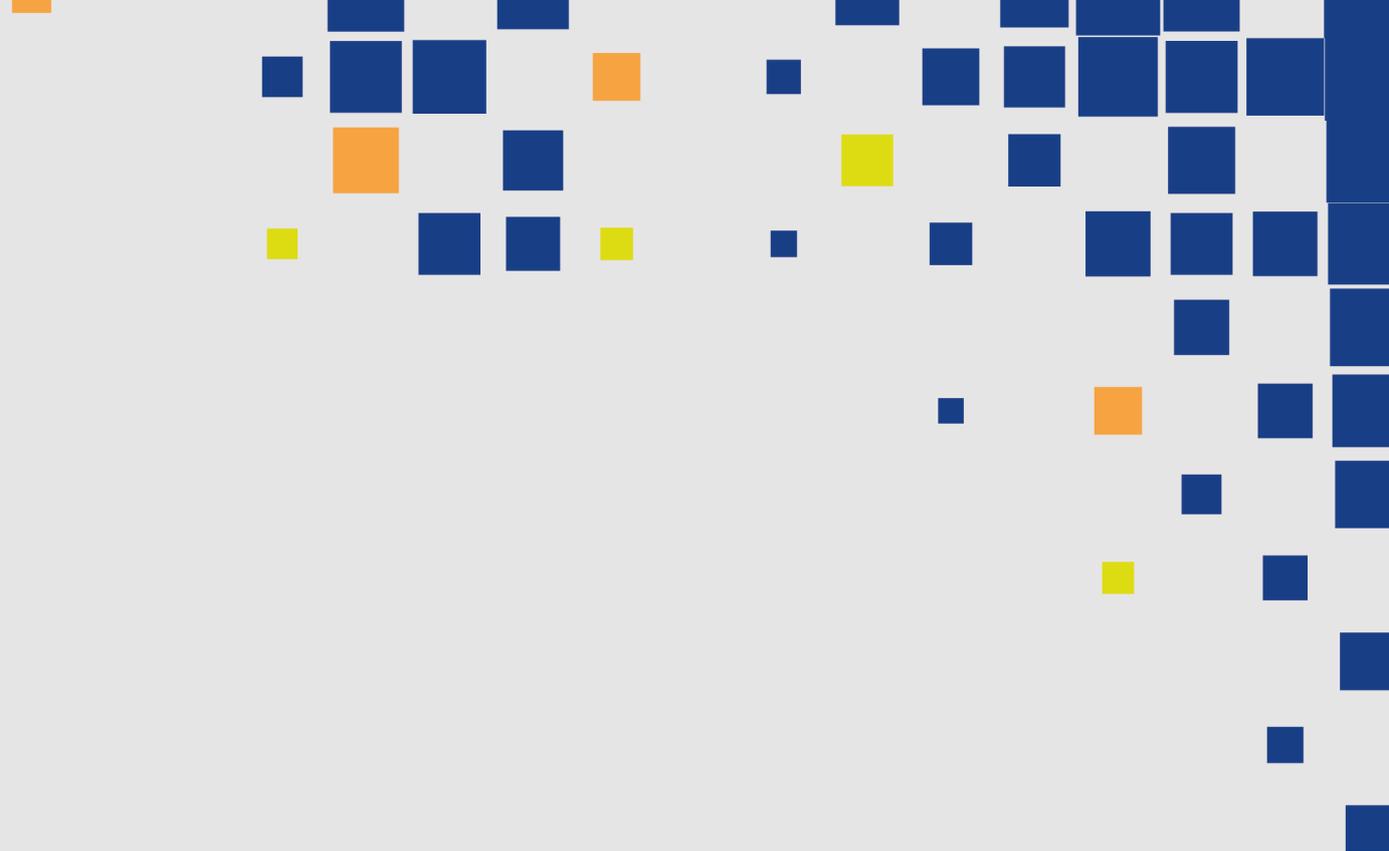
SANTOS, Vívian Matias dos. **Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência.** *Psicologia & Sociedade*, 30, e200112. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/FZ3rGJJ7FX6mVyMHkD3PsnK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUSA ALVES, Marco Antônio; ALKMIN, Gabriela Campos. A política identitária em questão: reflexões a partir de Judith Butler e Achille Mbembe. **RDP**, Brasília, Volume 18, n. 97, 588-615, jan./fev. 2021. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/ALKAPI-2>. Acesso em: 19 mar 2024.

STOREY, John (Org.). **What is Cultural Studies?** A Reader. London: Arnold, 1996.

WRENN, Mary. Identity, Identity Politics, and Neoliberalism. **Panoeconomicus**, 2014, n. 4, p. 503-515.



Módulo 3

**(Pós) modernidade e
(pós) identidades**



Apresentação

Olá, estudante!

Tendo estudado, nos módulos anteriores, questões como a relação entre linguagem, identidade e cultura, políticas identitárias e decolonialidade, vamos nos dedicar, neste **Módulo 3**, ao estudo da modernidade e da pós-modernidade e seus reflexos para a construção das identidades e das pós-identidades.

Para isso, na **Unidade 1**, trataremos o conceito de modernidade líquida proposto por Bauman (2001), o que em muito nos auxiliará a entender os temas do módulo, posto que esse e outros teóricos discutem como a modernidade implica diretamente mudanças sociais, econômicas e políticas. Dessa maneira, vamos fazer um passeio breve pela história da passagem da Idade Média para a Moderna até chegarmos a essa nova, à modernidade líquida.

Já na **Unidade 2**, trataremos o conceito de pós-identidade, relacionado diretamente ao de pós-modernidade, dessa maneira retomando ainda questões já discutidas anteriormente, como identidades e modernidade líquida.

Em um segundo momento da unidade, vamos entender mais sobre representatividade, esta que em muito se relaciona à necessidade de reconhecimento da heterogeneidade que caracteriza a sociedade contemporânea e à consequente luta por direitos individuais e sociais. Finalizamos a unidade incluindo na discussão o que entendemos por ética.

Dessa forma, este módulo encerra a disciplina “Linguagens e Identidades”, trazendo discussões basilares para o entendimento da relação entre essas duas dimensões, ambas sociais, mostrando também que discussões linguísticas e identitárias são essencialmente políticas, posto que não há como identificar a diversidade linguística, em muito reveladora de identidades, bem como a heterogeneidade na constituição dos sujeitos, sem nos sentirmos engajados na luta pela justiça social, para que todos tenham o direito à vida plena, livres de segregação e de preconceitos.

Esperamos que você tenha uma ótima leitura!

Bons estudos!

Unidade 1

Modernidade líquida

Ao pensarmos nas mudanças sociais da modernidade, vemos que o entendimento de sujeito e das próprias identidades, bem como sobre a própria realidade, está muito distante de um passado nem tão longínquo. Para Bauman:

Hoje, os padrões e configurações não são mais “dados”, e menos ainda “auto-evidentes” eles são muitos, chocando-se entre si e contradizendo-se em seus comandos conflitantes, de tal forma que todos e cada um foram desprovidos de boa parte de seus poderes de coercitivamente compelir e restringir. E eles mudaram de natureza e foram reclassificados de acordo: como itens no inventário das tarefas individuais. Em vez de preceder a política-vida e emoldurar seu curso futuro, eles devem segui-la (derivar dela), para serem formados e reformados por suas flexões e torções. Os poderes que liquefazem passaram do “sistema” para a “sociedade”, da “política” para as “políticas da vida” — ou desceram do nível “macro” para o nível “micro” do convívio social (Bauman, 2001, p. 14).

Todavia, para entendermos o conceito de modernidade líquida, precisamos antes fazer um passeio pela compreensão de modernidade, chegando à modernidade sólida, para só então alcançarmos o conceito mencionado.

1

Bauman (1999) mesmo, em outra publicação, explica que a modernidade se trata de:

[...] Um período histórico que começou na Europa Ocidental no século XVII com uma série de transformações sócio-estruturais e intelectuais profundas e atingiu sua maturidade primeiramente como projeto cultural, com o avanço do Iluminismo e depois como forma de vida socialmente consumada, com o desenvolvimento da sociedade industrial (capitalista e, mais tarde, também a comunista) (Bauman, 1999, p. 299-300).

Zigmunt Bauman



Descrição da imagem: Foto de Zigmunt Bauman enquanto falava em um microfone. Ele é um homem branco e idoso. Tem cabelos apenas nas laterais, de tamanho médio. Suas sobrancelhas são compridas. Seu rosto apresenta marcas da idade. Veste um terno. Ao fundo, parece haver uma espécie de banner em desfoque.

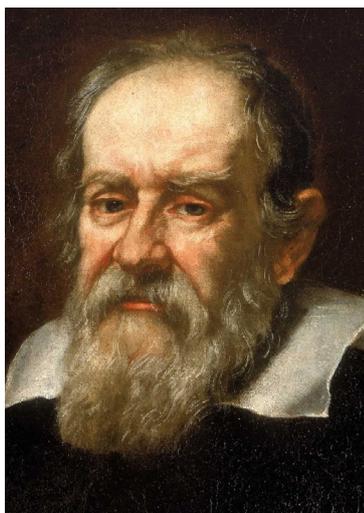
Fonte: [Forumlitfest](#)



2

Dentre as transformações ocorridas, podemos nos lembrar da grande revolução científica nas áreas da Astronomia, da Física, da Química - como a promovida pelos trabalhos de Galileu Galilei, que construiu seu próprio telescópio e se lançou ao estudo do universo, defendendo a tese de que a Terra era quem girava em torno do Sol.

Galileu Galilei



Descrição da imagem: Pintura de Galileu Galilei. Ele é representado como um homem branco e idoso. Apresenta sinais de calvície, mas atrás seus cabelos são longos. Possui barba longa e grisalha. Sua roupa possui uma longa gola branca. Ele olha para frente.

Fonte: [Wikimedia](#)

3

Bauman (1999), para explicar a modernidade, também menciona a evolução do Iluminismo, que colocou o homem e a ciência no centro do conhecimento em lugar do Teocentrismo. Ilustra essa afirmação a célebre frase de Descartes, “penso, logo existo”, publicada em francês pelo estudioso em 1637 em seu Discurso sobre o Método.

René Descartes



Descrição da imagem: Pintura de René Descartes. Ele é representado como um homem branco, de meia idade. Possui cabelos pretos e longos, na altura dos ombros. Possui cavanhaque. Olha para frente com as sobrancelhas arqueadas. Veste uma roupa preta com uma longa gola branca.

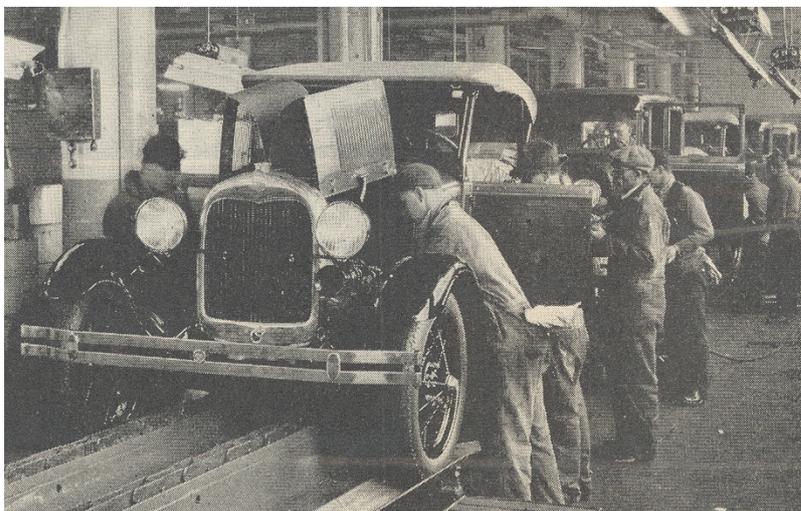
Fonte: [Wikimedia](#)

4

Ademais, há que se considerar a sociedade industrial, que solidificou o Capitalismo, sistema pelo qual o lucro advém da propriedade privada, que detém os meios de produção e organiza as relações comerciais. As críticas a esse modelo econômico se centram exatamente em um sujeito “assujeitado” pelo sistema. Saes (2012) contribui para essa discussão ao explicar que:

No plano da prática social concreta, os homens, na sociedade capitalista, não são sujeitos morais, dotados de liberdade, vontade e iniciativa; e sim, suportes materiais de uma determinada estrutura socioeconômica (as relações de produção capitalistas), que os converte em portadores de uma função específica (seja a função de proprietário, seja a função de “produtor direto”) dentro do processo de produção capitalista (Saes, 2012, p. 11).

Linha de montagem industrial



Descrição da imagem: Foto antiga de uma linha de montagem de carros, típicos do período industrial. A foto mostra diversos trabalhadores montando o carro.

Fonte: [Wikimedia](#)

5

Como vimos, a modernidade então tem seu início em meados do século XVI, com acontecimentos marcantes nos séculos XVII e XVIII, com a Revolução Industrial. Nossas discussões mostram ainda que essas mudanças não foram apenas na economia, mas também nas ciências, na filosofia, na política e, conseqüentemente, influenciaram as relações sociais e a política.

Bauman (2001) entende esse momento da modernidade como **modernidade sólida**, quando as relações eram mais estáveis e previsíveis, com estruturas sociais duradouras, como família, comunidade e emprego, oferecendo um senso de segurança e identidade. Essa estabilidade e solidez da modernidade sólida foram atribuídas a fatores como o desenvolvimento do Estado-nação, o fortalecimento das instituições sociais e políticas e a consolidação do sistema capitalista.

Segundo Bauman, era a modernidade pesada:

[...] Obcecada pelo volume, uma modernidade do tipo ‘quanto maior, melhor’, ‘tamanho é poder, volume é sucesso’. [...] Época das máquinas pesadas e cada vez mais desajeitadas, dos muros de fábricas cada vez mais longos guardando fábricas cada vez maiores que ingerem equipes cada vez maiores, das poderosas locomotivas e dos gigantescos transatlânticos (Bauman, 2001, p. 132).

Entretanto, usando uma frase de Marx e Engels (2021 [1848]), “tudo que é sólido se desmancha no ar”. Nessa perspectiva, Bauman (2001) argumenta que essas estruturas sólidas foram gradualmente substituídas pela **modernidade líquida**, à medida que a sociedade passou por mudanças como globalização, individualização, flexibilização do trabalho e avanços tecnológicos.

Nesse contexto, começam a ser questionadas verdades antes aceitas, como nos lembra a própria Contrarreforma da Igreja Católica, ocorrida entre os séculos XVI e XVII que, provocada pelos questionamentos de Martinho Lutero, precisou rever ações e pregações. O Estado de fato se separou da Igreja e o pensamento passou a ser propriedade da sociedade em geral.

No mundo líquido, as identidades são expostas e o indivíduo escolhe em qual se encaixa e que exemplos de outros indivíduos quer seguir, em detrimento da construção da sua própria identidade. Aliás, a identidade é mais um objeto disposto nas prateleiras, pronto para ser consumido (Oliveira, 2012, p. 32).

Portanto, na modernidade líquida, os grandes sindicatos, a noção de papéis sociais fielmente determinados, como pai, mãe... vão sendo questionados e ressignificados. Será que podemos então entender a modernidade líquida como pós-modernidade? Veja a explicação de Bauman.

Uma das razões pelas quais passei a falar em “modernidade líquida” e não em “pós-modernidade” [...] é que fiquei cansado de tentar esclarecer uma confusão semântica que não distingue sociologia pós-moderna de sociologia da pós-modernidade, “pós-modernismo” de “pós-modernidade”. No meu vocabulário, “pós-modernidade” significa uma sociedade (ou, se se preferir, um tipo de condição humana), enquanto “pós-modernismo” refere-se a uma visão de mundo que pode surgir, mas não necessariamente, da condição pós-moderna. Procurei sempre enfatizar que, do mesmo modo que ser um ornitólogo não significa ser um pássaro, ser um sociólogo da pós-modernidade não significa ser um pós-modernista, o que definitivamente não sou (Bauman, 2004, p. 321).

Nessa direção, vemos que a pós-modernidade pode sim ser compreendida como modernidade líquida. O que levou Bauman (1999; 2001; 2004) a utilizar a liquidez para explicar a sociedade moderna se deve ao fato de “[...] como os líquidos, ela caracteriza-se pela incapacidade de manter a forma. Nossas instituições, quadros de referência, estilos de vida, crenças e convicções mudam antes que tenham tempo de se solidificar em costumes, hábitos e verdades ‘auto-evidentes’” (Bauman, 2004, p. 321-322).

Essa **liquidez social** é atribuída a uma série de fatores, incluindo a globalização, a tecnologia, o individualismo e a economia neoliberal. Bauman (1999) argumenta que, embora a modernidade líquida ofereça mais liberdade e oportunidades de escolha, também traz consigo uma sensação de incerteza e insegurança, já que as pessoas estão constantemente lidando com mudanças e instabilidade.

Isso porque, por mais que estruturas rijas, tanto sociais quanto políticas, religiosas e econômicas, representassem amarras, cerceamentos, essa ressignificação da realidade e das sociedades exige um protagonismo social que não era necessário e, por isso mesmo, não praticado antes. As pessoas mudam de emprego com mais frequência, os relacionamentos são menos duradouros, as comunidades são menos coesas e as identidades são mais fluidas: posso ser conservador em relação a alguns temas e liberal em outros.

Pensemos, por exemplo, na descentralidade da religião, que não mais está ligada diretamente ao Estado e por isso mesmo tem se reestruturado para sua continuidade. Vemos novas denominações religiosas cada vez mais, bem como uma inquietação social quanto ao tema: ao mesmo tempo em que se busca um aconselhamento e um acolhimento na religião, esta muitas vezes tem sido vista como um entrave para o desenvolvimento do conhecimento e mesmo servindo como base para preconceitos e segregação.

Ainda pensando sobre o tema, aqueles que seguem uma determinada doutrina religiosa, por exemplo, podem concordar com alguns dogmas e discordar de outros, de maneira que a visão do cristão conservador é, apesar de muito propagada, simplista, haja vista essa fluidez das identidades. Veja a seguir:

Vitral da Sagrada Família



Fonte: [Nheyob](#)

Descrição da imagem: Imagem de um vitral com Maria, José e Jesus, este que, para os cristãos, é filho de Deus. Todavia, mesmo entre os cristãos há doutrinas que veem de modo bastante distinto a questão da mãe de Jesus e mesmo sua trajetória narrada na Bíblia.

Na modernidade líquida “[...] as possibilidades são tantas que o indivíduo encontra-se na agonia da escolha de que informação é a que gostaria de abraçar, em qual estilo de vida se encaixa” (Oliveira, 2012, p. 32). Em outras palavras, “[...] a ‘individualização’ consiste em transformar a ‘identidade’ humana de um ‘dado’ em uma ‘tarefa’ e encarregar os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e das consequências (assim como dos efeitos colaterais) de sua realização” (Bauman, 2001).

Inquietante, não? Essa é a proposta da modernidade líquida: pensar sobre o pensamento, sobre as escolhas, sobre as heranças, crenças e atitudes para a(s) nova(s) construção(ões) da(s) identidade(s) de cada um de nós.

A partir dessas considerações, a continuidade deste texto traz a Unidade 2, que vai tratar dessas (pós)identidades, de representatividade e de ética.

Unidade 2

(Pós)identidades, representatividade e ética

Como temos discutido até aqui, a identidade se refere à maneira como uma pessoa se percebe e é percebida pelos outros em termos de características pessoais, culturais e sociais, incluindo questões sobre gênero, etnia, religião, classe social etc. Também vimos a partir de Hall (2000) que a modernidade líquida demonstra que as identidades são multifacetadas e podem ser fluidas ao longo do tempo, influenciadas por experiências pessoais, sociais e culturais.

Todavia, será que nossos estudos já esclareceram como podemos compreender as identidades e as (pós)identidades?

Primeiro, precisamos pensar nas identidades, que são múltiplas, fluidas e heterogêneas. Também é relevante considerar que elas são construídas a partir de discursos, da realidade social e cultural e envolvem questões como sexo, raça, etnia e religião.

E como, pois, a realidade social age e interage na constituição identitária dos sujeitos, começa a se esclarecer a relação entre identidade e modernidade, posto que, como discutido anteriormente, a modernidade passou por algumas fases distintas, que, ora exigia dos indivíduos uma posição mais subalterna, funcional em relação às estruturas rijas, ora exigia protagonismo, liberdade nas escolhas dos modos de ser e agir socialmente.

Chegamos então ao conceito de pós-modernidade, que, como bem explicara Bauman (1999; 2001; 2006), tem como uma de suas características a liquidez, a fluidez, o “[...] ideal do buscar sempre, ainda que (ou será por que?) para nunca alcançar plenamente, de seus principais operadores, o ideal que, no surgimento de uma nova norma, penetra e satura cada órgão, tecido e célula do corpo social” (Bauman, 2001, p. 138).

(Pós) modernidade identidade

Se fizermos uma busca no dicionário Houaiss (2001, s.p.), leremos que “pós”, como prefixo, significa “depois de (no espaço e no tempo); atrás, depois, após, em segundo lugar; em seguida, pouco depois”. Então, da mesma forma que entendemos que a pós-modernidade se dá a partir dessas novas configurações da modernidade, também as pós-identidades trazem consigo a noção de que novas formas identitárias se apresentam em relação a essas novas realidades sociais, econômicas, familiares e culturais.

No caso da família, por exemplo, temos expressões como “família tradicional”, que tem sido bastante questionada – afinal, o que é tradicional?

Pela Constituição de 1988, assegurou-se às famílias o direito à igualdade entre os cônjuges, liberdades e garantias da mulher, bem como essas famílias foram entendidas como aquelas originadas do casamento e da união estável. Foi uma grande evolução, posto que, antes disso, entendia-se família como propriedade do homem, que era superior e quem “gerenciava” todos os familiares.

Ademais, a sociedade tem experienciado também a presença de famílias com constituições distintas dessa. Temos, por exemplo, as mães-solo, os pais-solo, avós que mantêm e educam seus netos e os casamentos homoafetivos. Sobre isso, apesar de não haver ainda ordenamento jurídico específico, vê-se que o reconhecimento dessas novas configurações familiares, já presentes socialmente, vem acontecendo por parte do legislador, uma vez que:

[...] A ausência de regulamentação não impede [que as famílias homoafetivas] que sejam identificadas como entidades familiares no âmbito do Direito das Famílias. A natureza afetiva do vínculo em nada o diferencia das uniões heterossexuais, merecendo serem identificadas como uma entidade familiar, pois tem como fundamento de constituição o mesmo alicerce presente nas demais: o afeto (Dias, 2009, p. 51).

Frente a essas considerações, vimos que algumas identidades ainda carecem de ordenamento jurídico expresso, talvez porque, na sociedade, ainda seja incipiente o reconhecimento dessas identidades.

Nessas seara, essas pós-identidades, características da pós-modernidade, vão demonstrando a necessidade de reconhecimento, de respeito e garantia de direitos individuais e sociais, o que nos leva ao segundo assunto desta Unidade, a representatividade.

Saiba mais:

Para pensar com leveza sobre as constituições distintas de família, você pode assistir ao filme “Meu malvado favorito” (Renaud; Coffin, 2010).



Fonte: [Freepik](#)

Descrição da imagem: Ilustração de diversas pessoas, brancos, negros, asiáticos, homens e mulheres com diferentes cortes de cabelo, roupas e estilos, cujas identidades demonstram a diversidade que rege a pós-modernidade.

Para Rajagopalan:

[...] O que determina o conteúdo das representações não é a mente individual que é supostamente livre para filtrar a entrada que recebe de forma idiossincrática (relativismo) ou formas predeterminadas (transcendentalismo), mas a comunidade em geral que cria moldes perceptivos como mitos, costumes, cultura estereótipos, modelos, tabus, preconceitos etc. (O que garante a pertença à comunidade é, em grande medida, o sucesso na assimilação das representações publicamente disponíveis que, juntas constituem a visão de mundo da comunidade.) (Rajagopalan, 2011, p. 88).

A representação é a base da representatividade. Ora, se a representatividade diz respeito à presença e à visibilidade de diferentes identidades em diversas esferas da sociedade, como mídia, política, cultura, e assim por diante, podemos entendê-la como um aspecto da representação, mormente político, posto que tem como foco garantir que todas as vozes sejam ouvidas e que as experiências de grupos marginalizados sejam reconhecidas e valorizadas.

Novamente recorrendo ao dicionário Houaiss (2001, s.p.), lemos que representatividade é “qualidade de alguém, de um partido, de um grupo ou de um sindicato, cujo embasamento na população faz que ele possa exprimir-se verdadeiramente em seu nome”. Entretanto:

[...] Os grandes projetos não têm mais lugar. Os partidos políticos, sindicatos e associações, formas de mobilização bastante influentes no século anterior, vêm perdendo sensivelmente a sua influência e capacidade de mobilização das pessoas. As grandes ideologias também perderam sua legitimidade e força de convergência em torno de um projeto maior, parecendo haver somente iniciativas isoladas de reestabelecer vínculos e de valorizar o coletivo quando grandes desafios ou problemas específicos se colocam (Rojo, 2015, p. 117-118).

Pensando sobre o tema, vemos que, se a representatividade pode ser compreendida como a expressão de alguém representando outros...

... e considerando que Rojo (2015) nos alerta para o fato de que aqueles que antes representavam interesses perderam prestígio nesse período que ela chama de hipermodernidade...

... como, afinal, a representatividade acontece?

É preciso pensar, em primeiro lugar, que essa nova realidade desenhou uma “[...] autonomia dos movimentos, tendendo a romper com a tradição sociopolítica da tutela e da cooptação e, por isso mesmo, fazendo a política criar novos lugares para exercitar-se. Lugares onde [...] se efetua a experiência do cotidiano popular” (Chauí, 1988, p. 10-11).

Vimos, por exemplo, partindo dessa autonomia, a organização dos **coletivos**, que fazem parte do que chamamos de terceiro setor. Com uma aproximação à noção de Organização Não-Governamental (ONG), o coletivo “[...] pode ser definido como um grupo de pessoas que compartilham ou são motivadas por pelo menos um problema ou interesse comum. As atividades têm fins sociais ou políticos geralmente” (Jusbrasil, 2024).

Ademais “[os] coletivos podem interferir em políticas públicas quando de forma organizada se reúnem, debatem, estudam e propõem aos gestores públicos novas ações de melhoria atendendo a sua comunidade ou programas públicos específicos (Elaborando projetos, 2024).



Entenda: Segundo o JusBrasil (2024), o primeiro setor seria pertencente às entidades constituídas pelo Estado – por exemplo: União, Estados e Municípios; já o segundo setor seria composto pelos entes privados que buscam fins lucrativos, ou seja, as empresas; e o terceiro setor seria formado pelas organizações privadas sem fins lucrativos prestadoras de serviços de interesse social (conhecidas popularmente como ONG's).

Assim, visualizamos como a representatividade tem sido exercida na contemporaneidade, concordando com Souza (2021), para quem a presença pode ser vista como início da representatividade.

E essas discussões vão ao encontro do que entendemos como ética, “o que marca a fronteira da nossa convivência. [...] É aquela perspectiva para olharmos os nossos princípios e os nossos valores para existirmos juntos [...] é o conjunto de seus princípios e valores que orientam a minha conduta” (Cortella, 2009, p. 102).

Além disso, a ética tem uma tripla função:

1. Esclarecer o que é a moral, quais são seus traços específicos” (Cortina; Martínez, 2015, p. 3).
2. “Fundamentar a moralidade, ou seja, procurar averiguar quais são as razões que conferem sentido ao esforço dos seres humanos de viver moralmente” (Cortina; Martínez, 2015, p. 3).
3. “Aplicar aos diferentes âmbitos da vida social os resultados obtidos nas duas primeiras funções, de maneira que se adote uma moral crítica em vez da subserviência a um código” (Cortina; Martínez, 2015, p. 3).

Sendo assim, na discussão sobre identidades e representatividade, a ética desempenha um papel fundamental na promoção da justiça social, da igualdade de oportunidades e do respeito à dignidade humana. Isso inclui considerações sobre como as identidades são retratadas na mídia, como as políticas públicas afetam grupos diversos e como as relações interpessoais são conduzidas de forma ética e inclusiva.

Ética e sociedade



Fonte: [Freepik](#)

Descrição da imagem: Várias mãos segurando peças de um quebra-cabeças, podendo representar como a ética é construída socialmente com a participação de todos.

É importante ressaltar que nós não nascemos éticos; aprendemos sobre ética e adquirimos valores éticos a partir do convívio com a família e com a sociedade e é por esse motivo que devemos cultivá-la em nossas relações profissionais, pessoais, acadêmicas e nos demais espaços em que circulamos. Isso porque ser ético é, pois, agir com correção quanto a todos os temas a que temos acesso, neste caso representados pela multiplicidade de identidades e pela diversidade presente na constituição de sujeitos.

Frente ao exposto, entendemos por fim que promover a conscientização e o diálogo em torno dessas questões é essencial para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e ética. Isso envolve a reflexão sobre privilégios, o reconhecimento das interseccionalidades das identidades e o compromisso com a promoção da diversidade e da igualdade de oportunidades para todos.

Considerações finais

Estas considerações finais encerram este módulo, mas vamos pedir licença a você, nosso aluno, para também fazermos uma reflexão a modo de encerrar a própria disciplina de “Linguagens e Identidades”.

Essa proposta tem como base a organização da disciplina, que se iniciou introduzindo questões linguísticas, como conceitos de língua, para então as associar à sociedade e à cultura no **Módulo 1**.

Tudo isso deu bases para as discussões no **Módulo 2** sobre identidades, performatividade e decolonialidade, que já deram mostras de que esses temas não são imparciais ou isentos de vieses políticos e identitários.

Aí então chegamos ao **Módulo 3**, que continuou tratando identidades e modernidade, mas trazendo a lume as noções de pós-identidades e de pós-modernidade, intrinsecamente relacionados.

Nessa direção, sua **Unidade 1** tratou da modernidade líquida, conceito elaborado por Stuart Hall (1999; 2001; 2004) no âmbito dos Estudos Culturais, de modo a compreendermos melhor como essa liquidez atribuída aos dias atuais se relaciona intimamente com as novas identidades, com a busca incessante e agora protagonizada pelos próprios indivíduos pelos lugares em que se quer estar, pela maneira como se quer ser, se entender ser e ser visto.

Para isso, essa unidade retomou alguns momentos históricos que caracterizam a Idade Moderna, que comporta essa modernidade, com a citação de alguns fatos e pessoas relevantes para o entendimento dessa fase, assim como colocou a compreensão das identidades a partir da constituição delas sendo produto dessas sociedades.

Finalizando o módulo, a **Unidade 2** discutiu as pós-identidades, a representatividade e a ética. Nesse sentido, essa seção do texto tratou temas como a diversidade na constituição identitária dos sujeitos, que podem estar relacionadas a sexo, etnia, gênero, religião etc.

Nessa direção, utilizamos a contribuição de estudos na área do Direito, da Filosofia e da História, mas também consultamos fontes lexicográficas e endereços eletrônicos de projetos e organizações sociais.

Tal condução se deu tendo em consideração de que, por meio da heterogeneidade evidente na constituição das identidades, descortina-se também a urgência na luta pela igualdade e pela garantia dos direitos de todos, especialmente de grupos sociais minori-

zados por uma hegemonia muitas vezes cega à diversidade e preconceituosa quanto ao diferente.

Nesse universo se entende a representatividade, a necessidade de se estar presente e se representar em todos os espaços sociais. E, para entender essa questão, vimos que a representatividade na pós-modernidade não mais se centra em sindicatos e grandes organizações, mas acontece na contemporaneidade por meio de coletivos e da organização dos indivíduos em favor de um ideal.

As discussões da unidade se encerram com a apresentação de noções sobre ética, conceitos, suas funções e como esta existe em nossas sociedades.

Tudo isso para aprofundarmos nossos conhecimentos sobre linguagens e identidades, com a contribuição de estudiosos e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento de maneira a favorecer o estudo e a compreensão desses temas, não apenas para nossa atividade profissional e acadêmica, mas especialmente para nossa atuação como cidadãos conscientes de nosso papel transformador por meio da educação.

Obrigada!

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. Entrevista com Zygmunt Bauman. **Tempo Social**, [São Paulo], v. 16, n. 1, p. 301-325, jun. 2004. Entrevista concedida a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/JjQcm7wmFXWn5ZPTWVyTSSM/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Qual é a tua obra?** Inquietações, propositivas sobre gestão, liderança e ética. Petrópolis: Vozes, 2009.

CORTINA, Adela; MARTÍNEZ, Emilio. **Ética**. Tradução do Espanhol por Silvana Cobucci Leite. Resumo do prof. dr. Roque Junges. São Paulo: Loyola, 2005. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/nonatocamelo/disciplinas/etica-no-servico-publico/texto/historia-da-etica>. Acesso em: 23 mar. 2024.

DIAS, Maria Berenice. **Um novo direito**: direito homoafetivo. 2009. Disponível em: <https://berenedias.com.br/um-novo-direito-direito-homoafetivo/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

ELABORANDO PROJETOS. **O que é coletivo?** Disponível em: <https://www.elaborando-projetos.com.br/o-que-e-coletivo/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Trad. SILVA, Tomaz Tadeu da; LOURO, Guacira Lopes. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol/www/v6-1/html/index.php#10>. Acesso em: 23 mar. 2024.

JUSBRASIL. **Entendendo o terceiro setor e as formas de organização social**. Algumas informações para ajudar no protagonismo social. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/entendendo-o-terceiro-setor-e-as-formas-de-organizacao-social/869445142#:~:text=Pode%20ser%20definido%20como%20um,fins%20sociais%20ou%20pol%C3%ADticos%20geralmente>. Acesso em: 23 mar. 2024.

OLIVEIRA, Larissa Pascutti de. Zygmunt Bauman: a sociedade contemporânea e a sociologia na modernidade líquida. **Sem Aspas**, Araraquara, v. 1, n. 1, p. 25-36, 2012.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Representation of identities and the politics of identities and the politics of representation in cognition. **Alfa**, São Paulo, n. 45, 2011, p. 87-96.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues; BARBOSA, Jacqueline P. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. São Paulo: Parábola, 2015.

SAES, Décio Azevedo Marques de. O lugar da noção de sujeito na sociedade capitalista. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 09-20, jul./dez. 2012.

SOUZA, Olívia Luiza Pilar de. **Representatividade importa?** Representação, imagens de controle e uma proposta de representatividade a partir das personagens mulheres negras em *Malhação: Viva a diferença*. 2021. 170 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais). Minas Gerais: Belo Horizonte, 2021.



AGEAD

Agência de Educação
Digital e a Distância